



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

CAROLINA BARROS DOS SANTOS

**A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: aspectos históricos e
fundamentos**

Rio de Janeiro
Novembro de 2021

CAROLINA BARROS DOS SANTOS

A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: aspectos históricos e fundamentos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a. Dra Marilene Aparecida Coelho.

Rio de Janeiro
Novembro de 2021

CAROLINA BARROS DOS SANTOS

A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: aspectos históricos e
fundamentos

Orientadora: Professora Dra. Marilene Aparecida Coelho

Aprovado em: 17/11/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Marilene Aparecida Coelho

Prof.^a Dra. Cibele da Silva Henriques

Prof.^a Dra. Mably Jane Trindade Tenenblat

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente ao meu Ori, a minha cabeça, pois, Ela que me guiou, me cuidou, me abençoou até aqui, Ori ô! Gostaria de agradecer a todas e todos os Orixás, a toda minha ancestralidade e a minha Iyá, minha mãe de Santo, Prof.^a Dra. Marlise Vinagre, por todo amor, carinho, cuidado, ensinamentos e torcida.

Agradeço a toda a minha família, em especial, as mulheres da minha vida: minha mãe, Tereza Cristina, por me trazer a Terra, por me amar e me cuidar do seu jeito; a minha avó Luzia, por todo amor, ensinamento dos valores e caráter; a minha irmã Camila pelo amor, parceria e torcida; a minha sobrinha Sofia, minha filha de outra barriga; minha prima/ afilhada Maria Luiza a minha sogra Luzinete por toda parceria. E aos homens da minha vida: meu companheiro, amante, amor da vida, Fabiano; aos meus filhos, Pedro Henrique e João, por todo amor, parceria, compreensão, respeito, eu amo vocês mais que a mim; ao meu outro filho de outra barriga, meu sobrinho Isaque.

Quero agradecer também a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pela oportunidade da formação; a cada professora e professor que passou por minha trajetória pessoal e acadêmica, especialmente, a minha orientadora Professora Pós Doutora Marilene, por toda parceria, compreensão, paciência.

Nessa esteira, agradeço, também, às professoras Mably Trindade e Cibele Henriques, componentes da banca, cujas contribuições para esse trabalho foram inestimáveis. Muita gratidão à equipe da COAA que não mediu esforços para garantir a manutenção da minha bolsa de estudos junto à PR7.

E, por último, mas não menos importante, as minhas amigas: Susiane, por todas as longas horas de estudos para entrar na universidade; aos presentes que ganhei na UFRJ (vou por em ordem alfabética, pois cada uma é de grande importância), Amanda, Daiana, Rafaela, Roseli, Stephanie, Vanessa, fundamentais para tornar a caminhada menos dolorosa, trocando amor; sorrisos; cuidado e parcerias.

O meu “muito obrigada” a cada uma e um de vocês, pois foram fundamentais para uma mulher não branca, favelada, mãe, filha de Osun e Ogum chegar até onde cheguei. Eu amo vocês e vou leva-las e leva-los para sempre.

Carolina Barros dos Santos
Primavera de 2021

RESUMO

O presente estudo monográfico tem como proposta realizar uma sistematização geral sobre a origem do Serviço Social no Brasil, considerando alguns de seus aspectos históricos e seus fundamentos. Cumpre mencionar que este trabalho fundamenta-se na perspectiva marxista, compreendendo a gênese da profissão com base na concepção histórico-crítica, ou seja, entendendo que o Serviço Social emerge num determinado marco histórico, para atender as necessidades impostas pela sociedade considerando os interesses antagônicos das principais classes sociais. Nesse sentido, será realizada uma breve abordagem do contexto socio-histórico da gênese da profissão; dos seus aspectos teóricos-metodológicos; bem como dos rebatimentos do pensamento conservador para o Serviço Social brasileiro, inclusive na elaboração do seu Código de Ética de 1947 e de sua Lei de Regulamentação de 1957. Como instrumentos metodológicos foram privilegiadas as análises bibliográficas de textos trabalhados em diferentes disciplinas cursadas ao longo do meu processo de formação profissional na Escola de Serviço Social da UFRJ.

Palavras-chaves: Gênese do Serviço Social. Contexto Sócio-Histórico. Pensamento Conservador. Perspectiva Marxista.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
ESS	Escola de Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
GEPE	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética
OEA	Organização dos Estados Americanos
NEFSSC	Núcleo de Estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E O CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO.....	11
1.1 Questão social e Serviço Social.....	11
1.2 Estado, Questão Social e Políticas Sociais: o mercado de trabalho do(a) assistente social.....	15
1.3 A emergência do Serviço Social no Brasil: algumas notas sobre as particularidades do contexto sócio-histórico.....	22
2 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL EM SUA EMERGÊNCIA.....	31
2.1 As instituições sócio-ocupacionais da (o) assistente social e o Serviço Social tradicional.....	31
2.2 Questão Social, Serviço Social e Conservadorismo no Serviço Social Tradicional.....	39
2.3 A dimensão ético-política do Serviço Social tradicional.....	52
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo monográfico é realizar uma sistematização geral sobre a origem do Serviço Social no Brasil. Ademais, a referida monografia tem por objetivo precípuo consolidar o conhecimento apreendido ao longo do processo de formação, particularmente aqueles conteúdos das disciplinas¹ do eixo de fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Com tal propósito, foram realizadas algumas análises bibliográficas de textos trabalhados em diferentes disciplinas cursadas ao longo do meu processo de formação profissional e textos que estudei no Núcleo de Estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC) do qual participei de maio de 2013 até novembro de 2016. E, ainda, no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD/Casadinho, mais especificamente no Projeto Integrado de Pesquisa em Serviço Social em missões com intercâmbio entre as seguintes instituições, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Como mencionado anteriormente, este estudo fundamenta-se na perspectiva marxista, que compreende a gênese da profissão com base na concepção histórico-crítica². Em outras palavras, a intenção das elaborações aqui produzidas é entender que o Serviço Social emerge num determinado marco histórico, para atender necessidades postas pela sociedade – considerando os interesses antagônicos das principais classes sociais. Portanto, não se trata de continuidade ou evolução da caridade.

Cumprido ressaltar que as principais obras utilizadas na elaboração do presente estudo foram: a) alguns trechos do livro “Relações Sociais e Serviço Social

1 Disciplinas: Economia Política e Serviço Social; Introdução ao Serviço Social; Serviço Social I, II, III e IV; Teoria Sociológica e Serviço Social; Estado, Classes e Movimentos Sociais; Trabalho e Questão Social; Economia do Brasil Contemporâneo e Serviço Social; Política Social e Serviço Social I, II e III; Ética Profissional e, por fim, Questão Social no Brasil.

2 Apesar do conhecimento de que existe uma defesa de tese distinta, por exemplo, a tese endógena, que segundo Netto (2011) em Capitalismo Monopolista trata-se de uma “[...] tese simples: a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na ‘organização’ da filantropia e cuja culminação localiza-se na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já ‘organizadas’, de parâmetros teóricos-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o envolver como que desenharia um *continuum*.” (Netto, *idem*, p. 69). Logo, entendo que a chamada perspectiva histórico-crítica é, em nossa concepção, a análise que melhor traduz e compreende a realidade.

no Brasil”, de Iamamoto e Carvalho (2013); b) “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, de José Paulo Netto (2011); c) “O significado sócio-histórico da profissão”, de Maria Carmelita Yazbek (2009) d) e, também, duas obras intituladas “Ética: fundamentos sócio-histórico” e “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos”, ambas de Maria Lúcia Barroco (2010). Como dito, todos esses textos foram abordados ao longo do meu processo de formação acadêmica atual, e são considerados primordiais para a compreensão da trajetória do Serviço Social no Brasil.

O trabalho avança na tentativa de reconhecer a importância do objeto de intervenção do Serviço Social, qual seja: a “questão social” como propulsora da institucionalização da profissão; o entendimento sobre o contexto histórico no qual emerge o Serviço Social, com as relações de produção e reprodução³ no marco da sociedade capitalista e suas particularidades no capitalismo monopolista; as mazelas criadas ou potencializadas por tal modo de sociabilidade, as respostas às demandas tensionadas pela classe operária; e, ainda, o papel do Estado e da Igreja Católica enquanto elementos fundamentais para uma compreensão mais ampla da emergência profissional.

Ademais, na tentativa de sistematizar a origem do Serviço Social no Brasil esse trabalho monográfico abordará alguns pontos como: o contexto sócio-histórico de emergência da profissão, ponto fundamental para situar que a profissão é marcada, histórica e socialmente, e não evolui ou qualifica as formas assistencialistas da caridade e da filantropia, prova disso é que elas continuam existindo, uma vez que evolução pressupõe a extinção de uma pela outra.

Assim, imbricado ao contexto histórico, a partir das leituras da obra de Iamamoto (2007 e 2013), aponta-se que a “questão social” é a expressão intrínseca à forma de produção e reprodução no sistema capitalista na sua fase monopolista e a sua relação com a gênese da profissão.

Outra problematização fundamental para compreender a origem da profissão é a política social, como instrumento utilizado pelo Estado para o enfileiramento das

³Não se trata aqui apenas da reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídica, religiosas, artísticas ou filosóficas através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2004, p. 78).

expressões da “questão social”, após o acirramento das lutas de classes e sua relevância para a legitimação do mercado de trabalho para o Serviço Social.

Após abordar brevemente o contexto sócio-histórico e o significado da profissão, as atenções serão voltadas – a partir de algumas análises dos fundamentos da profissão em sua emergência – para o Serviço Social Tradicional, seus aspectos teórico-metodológicos; o rebatimento do pensamento conservador e como isso se traduz na profissão, especialmente, na elaboração do Código de Ética Profissional de 1947 e da Lei de Regulamentação de 1957.

Nesse sentido, a presente monografia foi estruturada em Introdução ao objeto de pesquisa; dois capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo, aborda-se o contexto sócio-histórico de emergência do Serviço Social brasileiro. Ademais, discutem-se a questão social, enquanto objeto central de intervenção da profissão e propulsora de sua institucionalização, o papel do Estado e das políticas sociais.

O segundo capítulo, por sua vez, analisa os espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais, o conservadorismo do Serviço Social tradicional e, ademais, a dimensão ético-política da nossa profissão.

As considerações finais destacam a importância de se aprofundar o conhecimento sobre o Serviço Social, compreendendo-a como um produto de consolidação da burguesia como classe hegemônica, ganhando visibilidade após o reconhecimento das demandas da classe trabalhadora pelo Estado e pela própria classe burguesa.

Compreendendo que como se trata de um trabalho de conclusão de curso, por óbvio, as análises não serão tão profundas quanto são necessárias diante dos temas que serão expostos, mas o anseio é que facilite para aqueles e aquelas que se interessarem pela profissão, dentro ou fora da Academia.

CAPÍTULO 1

GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

1.1 Questão social e Serviço Social

De acordo com a perspectiva crítica, é impossível pensar a emergência da profissão descolada de alguns elementos primordiais como o novo estágio do capitalismo, a reconfiguração do papel do Estado no capitalismo monopolista, a busca pela retomada da hegemonia da Igreja Católica, a formação da classe operária industrial, sua condição de assalariamento e o seu reconhecimento como tal e suas profundas lutas em busca de respostas às suas legítimas demandas (NETTO, 2011).

Ao analisar o contexto sócio-histórico, para se aproximar dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais propulsores da emergência da profissão, torna-se fundamental entender a dinâmica do processo de acumulação do capital, algo que não é simples, ao contrário, bastante complexo, mas que foi investigado, esmiuçado e compreendido por Karl Marx de forma genial.

O contato com a teoria social de Karl Marx e sua crítica à economia política ocorreu no transcórre da graduação. É importante elucidar que não estudei os textos marxianos propriamente ditos e, assim dizendo, sempre que citar as categorias do materialismo histórico-dialético e conteúdos da obra de Marx, será por meio de fontes secundárias, fundamentalmente os textos da literatura no âmbito do Serviço Social que tratam do significado da profissão.

Por conseguinte, tratando, brevemente, apenas em caráter elucidativo, pontuo o relevante trecho de seus escritos que foi citado em uma das obras de grande relevância ao longo de todo meu processo de formação em Serviço Social, elaborada por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2013) – Relações Sociais e Serviço Social – que assinala:

[...] Capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade, que toma corpo em uma coisa material e lhe infunde um caráter social específico. O capital é a soma dos meios materiais de produção produzidos. É o conjunto dos meios de produção convertido em capital, que, em si, tem tão pouco de capital como o ouro e prata, como tais, de dinheiro. É o conjunto dos meios de produção monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de exercício da força de

trabalho substantivados frente à força de trabalho viva e a que este antagonismo personifica como capital (MARX, 1975, apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 37).

Então, sucintamente falando, de acordo com esse fragmento, compreende-se que o Capital é uma forma singular de relação social de produção, formada historicamente num dado momento da humanidade. E esta maneira de produzir materiais é permeada por relações que incidiram diretamente em diversas dimensões do homem, ou seja, na sua singularidade, particularidade e universalidade.

Ainda utilizando o trecho da obra de Marx, em Iamamoto e Carvalho (idem), citada acima, o capitalismo tem como característica o monopólio dos meios de produção⁴ nas mãos da classe dominante, e o que resta para a sobrevivência da classe trabalhadora é vender sua força de trabalho⁵, como qualquer outra mercadoria, em troca de salário. Das contradições dessa relação entre estas classes fundamentais e antagônicas que surge a “questão social”. Ainda utilizando a mesma obra de autoria de Iamamoto e Carvalho (ibidem), há um fragmento bem elucidativo sobre a questão social, que diz:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.83 e 84).

Então, de acordo com tal conceituação, a “questão social” é oriunda das relações de produção existentes no sistema capitalista, que têm como cerne a apropriação da mais-valia advinda do tempo de trabalho excedente dispensado pelos homens em sua jornada de trabalho, criando valor para os proprietários, isto é, os detentores dos meios de produção e desconsiderando o tempo de trabalho socialmente necessário.

⁴ Compreende-se como meios de produção “a) os meios de trabalho – tudo aquilo que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; b) os objetos do trabalho – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre o que incide o trabalho humano [...] (NETTO; BRAZ, 2011, p. 68).

⁵ “[...] trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, e utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis às satisfações de necessidades”. (NETTO; BRAZ, idem, p. 68).

Cumpra mencionar que as refrações da “questão social” se expressam no cotidiano da classe trabalhadora e atingem a totalidade da vida cotidiana dos indivíduos, materializando-se no âmbito do trabalho, da família, da escola, do lazer, da cultura, do poder, na reprodução dos valores, nas ideias produzidas na sociedade e até mesmo na profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Além de Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto é outro autor de grande relevância e suas reflexões são muito utilizadas (e valorizadas) ao longo de toda a formação. Em seu texto “Cinco notas a propósito da “questão social”, por exemplo, (Netto 2011) traz elucidações fundamentais para compreender as particularidades na totalidade das relações de produção no capitalismo.

O referido autor (idem) assinala que a expressão “questão social” é datada na terceira década do século XIX, e se origina para abranger o fenômeno do pauperismo, que teve relevância na Europa Ocidental após os primeiros impactos da industrialização, ou seja, na sociedade capitalista. De acordo com José Paulo (2011), tratava-se de um fenômeno inaugural, desconhecido historicamente, pois a pobreza alastrava-se na mesma proporção que as riquezas eram produzidas socialmente:

Tanto a sociedade revelava-se capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2011 p. 153).

Para justificar o fenômeno como algo novo, o autor chama a atenção para a distinção dos motivos que levavam a pobreza em relação às formações sociais anteriores, porque se antes do capitalismo a pobreza estava relacionada à falta de produtos, insumos, maquinário, serviços e etc.; ou seja, à falta de desenvolvimento produtivo material e social, sob a vigência do capital, quanto mais se crescia e se desenvolvia as forças produtivas, crescia-se, também, e na mesma proporção, a pobreza (NETTO, 2011).

Após a ascensão da burguesia ao poder, o termo “questão social” que antes estava nas pautas dessa classe para fomentar críticas a formação social anterior, agora suas expressões são naturalizadas, ganhando um viés conservador. Sobre o debate Netto (idem) afirma:

[...] as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante as conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como desdobramento da sociedade moderna (leia-se: burguesia) de características ineliminável de toda e

qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada [...]. (NETTO, ibidem, p. 155).

Nesse trecho, José Paulo pontua que as expressões da “questão social” são oriundas da sociedade capitalista, e que elas são intrínsecas, cabendo apenas medidas pontuais e focalizadas para amenizá-las. E “somente com o conhecimento rigoroso do ‘processo de produção do Capital’ Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social” (NETTO, 2011 p. 157). Tomando por base as leituras em Marx, Netto (2011) destaca que:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’[...]; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando-se potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2011 p. 157).

Ao refletir sobre este trecho é possível afirmar que a “questão social” é produzida e reproduzida pelo modo de produção capitalista, ou seja, o capitalismo é o seu produtor e mantedor, portanto, para superá-la é necessário superar essa forma de produção e reprodução da vida.

São mazelas produzidas pela forma que se organiza o trabalho, como também a forma de produção e reprodução quando o capitalismo monopolista sucede o concorrencial. Momento histórico que de acordo com Netto (2011, p. 19) “[...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...]”.

Compreender a raiz, o cerne da problemática a qual envolve o sistema capitalista e a “questão social” permite ao Serviço Social, objeto desse trabalho, elaborar estratégias e ações mais próximas da realidade e que atendam às necessidades da classe trabalhadora, mesmo que de maneira pontual. Sobre tal afirmação, Iamamoto e Carvalho (2013) colocam que:

[...] o enfrentamento da questão social [...] o que se encontra subjacente e as unifica é a contradição fundamental que expressa a desigualdade inerente à organização vigente dessa sociedade: o trabalho social e a apropriação privada das condições e dos frutos do trabalho, que se traduz na valorização crescente do capital e no crescimento da miséria relativa do trabalhador (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 86).

E Netto (2011) reafirma que o que determina a “questão social” é um “traço próprio da relação capital/trabalho – a exploração” (NETTO, 2011 p. 157). Então, de acordo com as elaborações feitas até este momento sobre a “questão social”, pode-

se dizer que as relações sociais no capitalismo criaram e ampliaram os fenômenos intrínsecos a ela devido à forma como se organizam. É importante mencionar, ainda, que todas essas expressões da contradição capital/trabalho, determinadas pela exploração, não acontecem por acaso, ou por determinações religiosas – como se acreditou em alguns momentos no interior do Serviço Social brasileiro – mas, pela maneira de produção e reprodução da vida no sistema vigente. E para superá-las é preciso romper, extinguir e superar o capital.

Então de acordo com o que foi analisado até aqui, a “questão social” é produto das relações antagônicas entre as classes sociais no capitalismo. E, na medida em que as relações capitalistas se desenvolvem, mais as expressões da “questão social” tornam-se latentes e se aprofundam. Expressam-se nas condições de vida da classe trabalhadora, que após o seu reconhecimento como luta tal para defender seus direitos, enquanto a burguesia luta para manter sua hegemonia e, também, o capitalismo. Essa luta de classe impõe respostas inovadoras.

O Estado, aparato burguês, envolto nessa relação, funcionalmente expande-se, e dentre suas demais atribuições para atender aos interesses do Capital, passa a intervir também nas expressões da “questão social” a partir da elaboração de políticas sociais (NETTO, 2011, p. 24). E, ao adotar essa nova forma de intervenção, as políticas sociais, como produto das lutas de classe, coloca-se a necessidade de novas profissões, um novo saber técnico para executar as políticas sociais, como o Serviço Social, conforme afirmam Iamamoto (2013) e Netto (2011).

1.2 Estado, Questão Social e Políticas Sociais: o mercado de trabalho do(a) assistente social.

Sabe-se que o Estado tem um papel fundamental para a manutenção do sistema capitalista. Com base no texto de Ernest Mandel (1982), O Capitalismo Tardio, o autor afirma que ocorre uma ampliação do Estado no capitalismo monopolista:

A transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopolista alterou necessariamente tanto a atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, quanto a função objetiva desempenhada pelo Estado ao realizar suas tarefas centrais (MANDEL, 1982, p. 337).

De acordo com esse trecho⁶, Mandel (idem) aponta três principais funções primordiais do Estado para a manutenção e ampliação do sistema. A primeira, “criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante” (MANDEL, 1982, p. 333), ou seja, criar condições que garantam sua produção significa dizer que cabe ao Estado fornecer e financiar as estruturas, por exemplo: estradas, ferrovias, hospitais, escolas, que permitam ao sistema produzir e reproduzir, e que devido a diversas situações, como falta de interesse por baixo lucro e altos custos, não são de interesse do capital.

Como segunda função citada por Mandel (1982), “reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente por meio do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário” (MANDEL, idem, p. 334). O Estado usa a repressão para *frear* qualquer “ameaça” da classe dominada ao modo de produção capitalista, utilizando para tal todo o aparato legal e coercivo. Essa função – devido à correlação de forças da classe trabalhadora em dados momentos – amplia-se ou se encolhe ao longo da História, mas é importante ressaltar que é uma função que sempre existiu e que no capitalismo ganhou legalidade e grandes orçamentos.

E a terceira função destacada refere-se a “integrar as classes dominadas e garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante” (MANDEL, ibidem, p.334.). A proposta é criar as condições materiais e ideológicas de legitimação do sistema capitalista e dos interesses da burguesia para que a classe explorada aceite e se conforme com a sua situação utilizando para tal de diversos meios, imprensa, Internet, rede sociais, veículos de comunicação, religião etc.

Mandel (ibidem) ainda chama atenção para a “função integradora” do Estado. O autor destaca a ação do Estado que alterna a repressão com a propagação de diversas ideologias. Ele defende, a partir das análises feitas nos escritos de Lukács e Gramsci, que “[...] a dominação de classe baseada apenas na repressão seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente”. (MANDEL, ibidem, pág. 334), ou seja, o Estado entende que só com truculência não conseguiria alcançar seus objetivos, a garantia das condições para a

⁶ O autor também divide o sistema capitalista em três momentos: concorrencial, imperialista e monopolista, no entanto não será a essa orientação que será contemplada nesse trabalho. Utilizaremos aqui apenas as suas reflexões sobre o Estado.

acumulação do capital e a manutenção da classe dominante. O autor (ibidem) pontua ainda que:

Nos diferentes modos de produção ou formações sócio-econômicas concretas, a função integradora é exercida principalmente pelas diferentes ideologias: magia e ritual, filosofia e moral, lei e política, embora em certa medida cada uma dessas certas medidas superestruturais desempenhe esse papel em toda a sociedade de classes (MANDEL, ibidem, p. 334).

Logo, esse aporte ideológico é utilizado para gerar convencimento, sem utilizar violência. E tanto a repressão quanto a “função integradora” ocorrem concomitantemente. (MANDEL, ibidem, p. 334)

Essa breve análise, tomando por base o texto de Mandel (1982), permite compreender o quão fundamental é o Estado na luta de classes para o sistema capitalista, o quanto ele está imbricado com toda a sua engenharia e funcionamento, seja direta e/ou indiretamente, mas sempre atuante.

E para reiterar estas e outras afirmações, vamos avançar mais profundamente em direção ao que é de interesse deste estudo, isto é, o surgimento do Serviço Social. Nessa esteira, serão utilizadas as reflexões feitas a partir do texto do professor José Paulo Netto “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” (2011), obra balizadora para a compreensão, não só da reformulação do Estado, como a emergência do Serviço Social.

O referido autor (idem) afirma que “o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica” (NETTO, ibidem, p. 19), momento que ficou conhecido como o “período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios” (NETTO, ibidem, p. 19), com o objetivo de sucumbir a uma grande crise e se expandir. Neste período, o capitalismo amplia e altera todas as dimensões da sociedade burguesa

O supracitado autor também destaca que a grande intenção dessa nova configuração é “o *acrécimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*” (NETTO, 2011, p. 19), ou seja, o capitalismo busca sua expansão ao longo do mundo alcançando novos territórios para aumentar seus ganhos.

Nesse sentido, foram feitas algumas reformulações. Netto (2011) chama a atenção para o sistema bancário e de crédito: a construção de aglomerados empresariais; cartel entre outros. Todas com a função de atender ao que já foi destacado acima, incluindo diversos fenômenos na dimensão econômica do capital

em sua nova face, que causam modificações “fundas e largas” (NETTO, 2011, p. 21).

Alguns propósitos inclusive são alterados, como por exemplo: o equilíbrio das taxas de lucros, algo que era tendência no capitalismo concorrencial, e passa a privilegiar os conglomerados monopolistas, que também vão *super lucrar* com o ganho obtido com a expropriação de outros conglomerados; a concentração de capital cresce e uma nova tendência se dissemina entre os capitalistas, o investimento no exterior, isso se dá devido a essa nova forma de compilação de lucros; e não menos importante, a mudança no mundo do trabalho, que passa a poupar trabalho “vivo” em detrimento da inovação da tecnologia, o que causou uma importante incidência na classe trabalhadora e o aumento de pessoas fora do mercado de trabalho (NETTO, 2011, p. 21).

Em sua análise sobre as mudanças na dimensão econômica na “era dos monopólios” o autor (ibidem) assevera ainda que:

Esbatendo-se no mercado mundial – no qual a monopolização rearranja inteiramente a divisão internacional capitalista do trabalho, dando curso a renovadas políticas neocolonialistas – o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados (NETTO, ibidem, p. 23 e 24).

Essas novas configurações econômicas para serem implantadas com êxito exigiram “mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado”. (NETTO, ibidem, p. 24), ou seja, o capitalismo monopolista também reformulou a forma de intervenção do Estado. Desde a ascensão da burguesia, o Estado sempre interferiu nos processos econômicos. “No entanto, com o ingresso do capitalismo no estágio imperialista, essa intervenção muda funcional e estruturalmente” (NETTO, ibidem, p. 24).

Se antes o Estado intervia pontualmente e/ou emergencialmente, e estava preocupado apenas com as “condições externas da produção capitalista” (NETTO, ibidem, p. 24), como já foi pontuado, no capitalismo monopolista isso se altera substantivamente:

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*. (NETTO, ibidem, p. 25).

Então, com a finalidade de assegurar os grandes lucros dos monopólios, atendendo uma demanda exclusivamente econômica, o Estado, portador do poder político e econômico, amplia e reestrutura suas funcionalidades (NETTO, *ibidem*, p. 25). Ganhando funções chamadas por Netto de *diretas* e *indiretas*. Sobre as funções diretas o autor pontua:

O elenco das suas funções econômicas *diretas* é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, a energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se aqui da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superada as dificuldades, reprivatização) a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado (NETTO, 2011, p. 25).

A partir desses exemplos é possível notar o quanto o Estado está atrelado e empenhado em garantir os interesses da burguesia, pois se apropria do que não gera lucro, *socorre* assumindo as empresas falidas e constrói com verba pública aparatos que serão fonte de lucros e entrega para a burguesia, como por exemplo, as grandes empresas estatais, como a Vale do Rio Doce. Como citado por Netto (*ibidem*), as possibilidades são vastas, além dos exemplos apontados pelo autor, a fim de elucidar ainda mais, temos o perdão de grandes fortunas em dívidas de grandes empresas.

Sobre as indiretas, é possível apontar que são as medidas tomadas pelo Estado e que têm intencionalidades menos evidentes, mas que são tão importantes como as diretas, “estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização” (NETTO, *ibidem*, p. 25), e para tal “[...] os investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa.” (NETTO, *ibidem*, p. 25).

Em síntese, é possível identificar medidas adotadas pelo Estado para expandir e concentrar capital, controlar e adequar a força de trabalho, além de criar fomentos técnico-científicos que serão entregues a burguesia sem qualquer contrapartida.

A partir dessas elaborações é possível afirmar que o capitalismo na *era dos monopólios* exige a refuncionalização do Estado, o imbricamento das estruturas dos monopólios e com as do Estado se dão de maneira indissolúvel. , Netto (2011, p. 26)

destaca que “[...] o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o "comitê executivo" da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista”.

As relações no capitalismo monopolista também alteraram a intervenção do Estado sobre o controle da força de trabalho. Se no capitalismo concorrencial a exigência ao Estado era conter, por meio da coerção, os movimentos do grupo de trabalhadores contra o sistema, ou então criar mecanismos de proteção para a propriedade privada, como afirma Netto (2011), nos monopólios, o Estado toma para si a função primordial de controlar e preservar a força de trabalho tanto dos que estão no mercado, quanto os que não estão inseridos nele:

[...] o Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, *ibidem*, p. 27).

Com esse trecho é perceptível à ampliação das relações que envolvem o Estado. Há, também, uma complexidade nos processos que envolvem a intervenção estatal e as forças de trabalho, como, por exemplo, controlar o que e como consome; criar estruturas que permitam seu deslocamento e moradia sempre tendo em vista os interesses do capitalismo monopolista (NETTO, *ibidem*, p. 27).

Mas, apesar de o Estado ser um aparato burguês, ele precisa ter validade política perante a sociedade, e para tal, absorve demandas oriundas da classe trabalhadora que se organiza e luta. Netto (*ibidem*, p. 27) destaca que: “[...] para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de "comitê executivo" da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos”. E ao generalizar e institucionalizar direitos sociais e civis, o Estado amplia-se e garante um *consenso* e acordo homogêneo que lhe possibilite governança.

Netto (*ibidem*) sinaliza algo importantíssimo sobre a imbricação do Estado nas relações capitalistas e as lutas de classe para compreender como ele (Estado) está envolto nas relações e na historicidade da emergência do Serviço Social:

[...] a transição ao capitalismo dos monopólios realizou-se paralelamente a um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores (cf. seção 1.3) — é, inclusive, em quase todas as latitudes,

simétrico ao aparecimento de partidos operários de massas; o coroamento da conquista da cidadania [...] (NETTO, ibidem, p. 27).

Nota-se, então, que a mesma crise que fez o capitalismo se reinventar, também mobilizou a classe trabalhadora, lhe conquistando por meio de suas lutas alguns direitos. Entretanto, o próprio Netto (ibidem) relata que tais organizações reivindicativas não abalaram os pilares do capitalismo monopolista. E quando o Estado absorve as demandas dessa classe não o faz desinteressadamente, naturalmente, mas, age para atender aos interesses do capital: “[...] as respostas positivas as demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros [...]” (NETTO, 2011, p. 29).

Ao buscar legitimidade, o Estado, mesmo burguês, acaba, devido às disputas políticas e de classe, se tornando mais penetrável, maleável para absorver os interesses imediatos da classe trabalhadora. Então, Netto diz que: “É somente nestas condições que as sequelas da "questão social" [...] podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado.” (NETTO, 2011, p. 29), e aponta: “E só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a "questão social" põe-se como alvo de políticas sociais.” (NETTO, 2011, p.29).

E são por intermédio das políticas sociais que o Estado as operacionaliza sistemática e continuamente, ao se gerenciar as facetas da “questão social” no capitalismo monopolista para além da violência (não que esta seja extinta). E Netto (2011) afirma que “[...] a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista expressa-se nos processos referentes a preservação e ao controle da força de trabalho”. (NETTO, 2011, p. 31).

Ainda é imprescindível ressaltar que o tratamento fornecido pelo Estado às expressões da “questão social” consubstancia-se a partir de uma interpretação *retalhada*, fragmentada e descolada de uma elaboração pautada na totalidade dos seus processos, pois tal entendimento atenta contra o próprio sistema capitalista.

É possível concluir, de acordo com o que foi visto até aqui, que para compreender as determinações sócio-históricas fundantes que dão origem a profissão exige-se analisar a totalidade da sociedade capitalista no contexto dos monopólios, como, por exemplo: a refuncionalização do Estado burguês e a relação

com as lutas de classe e outros atores sociais, como a Igreja Católica, tudo isso com dentro de um contexto-histórico. Somente por meio da apreensão destas mediações é possível compreender o significado da profissão.

Cumpra mencionar, ainda, que o Serviço Social brasileiro em sua emergência não dotava de amadurecimento intelectual para compreender esta realidade em sua totalidade, pois operava com um saber de segundo grau fincado no neotomismo da Doutrina Social da Igreja Católica e no funcionalismo, como veremos mais a diante.

1.3 A emergência do Serviço Social no Brasil: algumas notas sobre as particularidades do contexto sócio-histórico.

Centrando as atenções no Brasil, de acordo com as suas particularidades, a seguir será realizada uma análise da emergência do Serviço Social com base principal as obras de Iamamoto e Carvalho (2013) *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* e Netto (2011) *Capitalismo Monopolista*.

Como já dito até este momento, a sobrevivência dos que não possuem os meios de produção- a classe trabalhadora- estará atrelada exclusivamente a venda da força de trabalho em troca de alguma remuneração, relação própria do sistema capitalista que apesar de à primeira vista parecer um movimento individual é nesse momento que ela desvela seu caráter social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Sobre uma das particularidades fundamentais para entender a formação da classe trabalhadora no Brasil é que as primeiras relações pré-capitalistas surgem quando o grande contingente de negros oriundos e capturados da África está escravizado aqui. Iamamoto e Carvalho (2013) dizem que:

[...] sociedade que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida foras dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em a seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos. (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 133).

Ainda assim, a maturação das relações capitalistas no mercado de trabalho industrial brasileiro, bem como nos territórios consolidados ao longo do mundo, não tarda em revelar uma das suas características intrínsecas, que está no bojo das relações que envolvem o trabalho nas sociedades capitalistas: a exploração abusiva, a expropriação vital do operário.

Oriundas da relação capital/trabalho, as expressões da “questão social” ampliaram-se tanto na quantidade de tipificações, como no número daqueles onde se expressam, o que leva a classe operária industrial – mesmo concentrada em sua maioria nos campos – a se organizar e a lutar por melhores condições de vida, pois foi a primeira a sofrer os rebatimentos da relação de trabalho imposta na forma capitalista.

Então, organizado por meio de sindicatos e movimentos sociais o operariado pressionará a classe burguesa, que se sentindo ameaçada, recorre ao Estado para administrar, controlar tal tensão, pois age como aparato cooptado pela burguesia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Retomando ao que foi dito acima, a classe operária em sua origem no Brasil é composta por uma pequena parcela da população formada em sua grande maioria por imigrantes, uma vez que os trabalhadores negros e negras foram discriminados. As condições que viviam eram absolutamente desumanas, pois faltava o básico como: água, esgoto e luz. As indústrias funcionavam de forma adaptada, não atendendo necessidades mínimas para assegurar a integridade de seus funcionários, o que gerava muitos acidentes laborais.

Em 1920, as jornadas de trabalho chegavam a dez horas diárias valendo também para mulheres e crianças, inclusive em escala noturnas, onde os rendimentos são bem inferiores. Apesar de todos os membros de uma família vender sua força de trabalho para as empresas, seus ganhos não eram suficientes para a sua sobrevivência, pois diante do grande exército industrial de reserva⁷, os salários são rebaixados. As crises econômicas são frequentes, o que acarretam demissões em massa e, devido à falta de garantias empregatícias, os(as) operários(as) são arremessados à miséria (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Diante de todo esse cenário, a classe trabalhadora decide lutar e se organizar, como por exemplo: as Ligas Operárias, as Sociedades de Resistências e os Sindicatos. E essas medidas na década de 1920 dão frutos como o Conselho

⁷ Trata-se de um conceito desenvolvido por Karl Marx em sua conhecida obra “Crítica da Economia Política”, e se refere ao desemprego estrutural das economias capitalista. O exército industrial de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção. Em linhas gerais, Marx aponta para o fato de o desemprego estrutural ser uma condição da sociedade capitalista. Essa superpopulação relativa é o elemento necessário capaz de fornecer aos processos de acumulação do capital não apenas a força de trabalho diretamente empregada na produção, mas igualmente uma reserva de mão-de-obra que possa vir a substituir a essa, em caso de necessidade. Trata-se da manutenção de uma superpopulação relativa apta a ser utilizada pelas indústrias tal logo seja necessário.

Nacional do Trabalho em 1925, e em 1926, por meio de uma emenda constitucional, o Estado, a partir de embates políticos e a luta de classes (pensando também na sua legitimação política), ganha poderes para intervir na regulamentação do mercado de trabalho.

Nessa mesma década foi aprovado, também, um conjunto de leis de “proteção ao trabalho”, como, por exemplo: código de menores, seguro-doença, lei de férias, entre outras. É importante ressaltar que durante a década de 1920 essas pequenas, mas importantes conquistas se aplicam apenas na camada operária da população, que nesse momento se trata de 10% da sociedade brasileira. E a principal medida estatal para com a classe trabalhadora tem como protagonista a repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Sobre o patronato neste momento, seu principal recurso de enfrentamento as demandas da classe operária era a polícia, isto é, o uso da repressão. Combatendo qualquer ínfimo passo, medida interna ou externa que coloca em cheque seu controle sobre os trabalhadores que mexa nas relações de produção com a finalidade de diminuir a expropriação do trabalho excedente. Então, devido a essa postura os embates violentos com os sindicatos são constantes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Ainda utilizando como referência o estudo de Iamamoto e Carvalho (2013), os referidos autores (idem) destacam duas ações do patronato nesse contexto:

O primeiro refere-se a crítica do proletariado a inexistência de mecanismos de socialização do proletariado, isto é, de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013 p. 145).

E a segunda:

O segundo aspecto a ser retido refere-se ao conteúdo substancialmente diverso da política assistencialista desenvolvida pelo empresariado no âmbito da empresa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013 p. 147).

Ambas são primordiais para entender a implementação e desdobramentos dos fundamentos do Serviço Social posteriormente. Por um lado, com objetivo de expropriar ao máximo toda a força de trabalho, a classe burguesa exige do Estado brasileiro a criação de espaços de formação, enquadramento, adequação da classe trabalhadora a fim de fornecer uma massa de mão de obra adequada às suas necessidades, “[...] é preciso que a sociedade atue como uma extensão da fábrica”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013 p. 146).

E o segundo ponto coloca uma alternativa estratégica do empresariado após sua inércia perante às reivindicações dos sindicatos e a recusa do reconhecimento da capacidade da própria classe operária de se auto representar. O uso apenas da repressão dá lugar também a uma crescente e lastradora política assistencialista e, então, as empresas passam a fornecer diversos serviços assistenciais com o mesmo objetivo capitalista de sempre, qual seja: expropriar ao máximo a força de trabalho para melhorar a valorização do capital. Não à toa que tais usos estão condicionados a uma conformidade moral de esfera pessoal, social e política (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Nessa reflexão, ainda cabe ressaltar outra parcela da sociedade brasileira de extrema relevância nesse mesmo contexto histórico, que contribui para entender as particularidades do Serviço Social brasileiro em sua emergência: a Igreja Católica.

Conforme Iamamoto e Carvalho (2013, p. 150) “[...] a Igreja Católica deverá reagir, reagrupando suas forças, visando à reconquista das suas antigas prerrogativas e privilégios, tanto práticos como ideológicos”. Os movimentos, estratégias e ações feitas pela Igreja Católica em busca da retomada de privilégios e regalias datam a partir da segunda metade da República Velha. Somaram-se a tal, outras ocorrências feitas pela sociedade civil que são de grande valia para a apreensão do momento e que foram elencadas pelos autores como:

Esse movimento condensa-se nos anos da década de 1920, simultaneamente a outras manifestações – como a fundação do Partido Comunista do Brasil, a realização da semana de Arte Moderna, o início do ciclo das revoltas “tenentistas”- indicadoras da aceleração do processo de crise do polo dominante da economia – o complexo cafeeiro – e das transformações sociais decorrentes do aprofundamento do modo de produção capitalistas em termos nacionais e mundiais (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013, p..51).

E, concomitantemente, ocorre uma grande expansão das instituições católicas, tanto as assistenciais, quanto as educativas, entre elas as Universidades Católicas em 1921. Além disso, destacam-se: a criação da revista “A Ordem”; no ano de 1922, o Centro Dom Vital, espaço cujo objetivo era organizar um grupo com caráter elitista capaz de se mobilizar para fazer valer as premissas religiosas em suas diferentes dimensões, política ou ideológica, ou seja, uma “aristocracia” católica intelectual (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Com as atenções voltadas para a retomada de poder e hegemonia, as demandas da classe operária, nesse momento da década de 1920, não recebem

atenção da Igreja como aponta no trecho seguinte, quando os autores citam um trecho da dissertação de mestrado do ano de 1975 de Berenice Cavalcante Brandao:

A questão social fica, assim, relegada ao um obscuro segundo plano. A questão social não atraiu a atenção das lideranças católicas, que delas não se ocuparam concretamente. Sobre questões sociais foram raros os artigos da revista *A Ordem*, nos anos 20 e 30; e na Pastoral de 1922 foi muito pequena a referência que lhe foi feita (IAMAMOTO, Carvalho, 2013, p. 155).

Nesse sentido, foi somente a partir de 1930 que, com o fim da República Velha, a Igreja passa a intervir na dinâmica social de forma muito mais ampla após a retomada de seus privilégios e a legitimação do seu ideário. E isso foi possível devido a uma instabilidade sobre quem detinha a hegemonia e o início das lutas da classe operária como aponta Iamamoto e Carvalho (2013) na seguinte partícula:

A conjuntura política e social presente naquele momento- a crise hegemonia entre as frações burguesas e a movimentação das classes subalternas- abrirá à Igreja um enorme campo de intervenção na vida social (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013, p. 165).

A partir, também, de 1930 houve um aumento no processo de industrialização, o que acarretou o desenvolvimento das forças produtivas aprofundando o capitalismo no Brasil, pois, “a expansão do capital supõe, portanto, o desenvolvimento extensivo do proletariado, a intensificação do processo de trabalho e, conseqüentemente, da exploração” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 114) então, a partir deste ano nota-se, ainda, a mobilização da classe operária, reivindicando cidadania social. A configuração da "questão social", no bojo da economia capitalista, deu-se a partir de 1930 (FALEIROS, 2007), refletindo o avanço da divisão social do trabalho, vinculando-se, portanto, à emergência do trabalho assalariado.

É nesse contexto que as funções do Estado burguês se ampliam no Brasil, criando as políticas sociais e passando operacionaliza sistemática e continuamente, a partir de 1930. Mas, de acordo com Netto (2011), as medidas de política social não podem ser vistas apenas sob o ângulo da reprodução ou como *escamoteamento* da exploração capitalista. Essa seria uma explicação parcial e, de certa forma, mecanicista, porque não considera a realidade concreta da correlação de forças sociais e as contradições do próprio sistema capitalista.

Assim, embora não se desconhecem os outros fatores envolvidos, salienta-se o papel de sujeito, desempenhado pelas classes trabalhadoras, na conquista de

seus direitos e na implantação de medidas de política social pelo Estado capitalista moderno, em resposta à “questão social” (NETTO, idem).

Após o reconhecimento da “questão social” pelo Estado e a elaboração das políticas sociais como um dos mecanismos de intervenção; as reivindicações dos movimentos sociais e a expansão da industrialização e suas exigências frente a mão de obra ofertada são alguns dos elementos do emaranhado de acontecimentos históricos e sociais que torna necessário o Serviço Social como profissão, sobre a gênese da profissão, Netto (ibidem) em *Capitalismo Monopolista*, afirma:

É somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teóricos-culturais que tangenciamos nas seções precedentes que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão (NETTO, ibidem, p.69).

Faz-se essencial entender que a profissão não surge de apenas um ato isolado ou da iniciativa de si mesma. E, também, que não se trata de uma continuidade “melhorada” das formas de caridade e filantropia que antecedem sua existência. Ela surge devido a necessidades posta pela sociedade dentro de um contexto histórico- social o que leva a criação um espaço sócio-ocupacional no mercado de trabalho para que este profissional atue a fim de suprir tais anseios (NETTO, 2011).

Iamamoto e Carvalho (2013) também assinala que a profissionalização do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo está intimamente ligada ao reconhecimento e enfrentamento da “questão social” no período já sinalizado do desenvolvimento do capitalismo, no qual o movimento operário coloca-se como classe “para si”, aglutinando forças para a superação da sociedade capitalista. O Serviço Social no Brasil emerge, portanto, por dentro da estratégia de dar um tratamento sistemático à “questão social” e de frear o movimento operário, por um lado; e no sentido de assegurar as condições gerais de reprodução do capital no momento fordista-keynesiano, após a Segunda Guerra Mundial, por outro (IAMAMOTO; CARVALHO, idem, NETTO, 2011).

Na década de 1930, também ocorre uma aliança a partir do movimento católico laico no Brasil. Então, neste momento Estado e Igreja formam uma aliança para resguardar a ordem e a disciplina social diante do agravamento das mazelas da expansão capitalista. Os aparatos institucionais criados para desenvolver estratégias para tal objetivo serão de extrema importância para o Serviço Social, as chamadas protoformas. No ano de 1931, a Igreja Católica demonstra toda a sua influência e

constrói um arsenal ideológico. São criadas universidades católicas, institutos de ensino superior, bibliotecas, círculos operários com objetivo de divulgar a ideologia religiosa e coibir conflitos entre a classe operária e o patronato, criação de partido político (IAMAMOTO; CARVALHO, *ibidem*, p. 177).

No ano 1932, foi criado em São Paulo o Centro de Estudos de Ação Social (CEAS), aparato também importante para compreender a história do Serviço Social no Brasil. Seu objetivo, para além da retomada da hegemonia, foi criar estratégias para intervir nos problemas sociais, nos embates entre patrão e operários e no *combate ao comunismo*. A participação pioneira fora de moças católicas burguesas que forneceram as bases humanas e materiais para a realização dos estudos.

Posteriormente, participaram os intelectuais e a auto-hierarquia da Igreja. (IAMAMOTO; CARVALHO, *ibidem*). Sobre objetivo do CEAS, destaca-se:

O objetivo central do CEAS será o de 'promover a formação de seus membros pelo estudo a doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais' e 'adotar uma relação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013, p.179).

A criação de espaços como o CEAS propiciou reflexões sobre a necessidade de ter um profissional responsável que pudesse atender à essas demandas sociais. E são as moças católicas burguesas as primeiras a buscar essa *profissionalização*, elas saem da esfera doméstica e vão estudar. Outra questão que também justifica esse pioneirismo das mulheres é a difundida ideia da vocação que se tem para cuidar e educar (IAMAMOTO; CARVALHO, *idem*), encontradas nas construções sociais da Igreja, o tomismo e o *neotomismo* que serão abordados adiante.

Tais instituições educacionais foram significativas na formação de pessoal para a realização do trabalho social nas instituições assistenciais nascentes e surge nesses espaços a criação do curso de Serviço Social no Brasil. Mas, faz-se fundamental retomar o trabalho de Netto (2011) em *Capitalismo Monopolista* para ressaltar que o que fundamenta a profissão é a busca por uma base teórica que possibilitasse atuar a partir da

[...] criação de um espaço sócio ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho (NETTO, 2011, pag. 70).

Ou seja, não foi o surgimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil que deu origem a profissão, por exemplo, mas, como já mencionado, uma necessidade construída socialmente.

Tornou-se necessária, assim, a elaboração de um conjunto de conhecimentos próprios e a primeira escola de Serviço Social, no Brasil, foi fundada em 1936, em São Paulo, onde se concentrava a maior parte da indústria nacional. No ano seguinte, foi criado o curso de Serviço Social no Rio de Janeiro, junto ao Instituto Social. Em 1945, entrou em atividade a Escola de Serviço Social de Porto Alegre, hoje denominada Faculdade de Serviço Social (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013).

Como observado, é bastante difundida a relação entre a profissão e o ideário católico na gênese do Serviço Social brasileiro. Relação que vai imprimir à profissão um caráter de apostolado fundado em uma abordagem da "questão social" como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. A atuação de assistentes sociais, neste momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus "clientes" na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes. É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador, contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social". (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013)

O referencial teórico e as propostas metodológicas iniciais do Serviço Social brasileiro tinham como fundamentos os princípios filosóficos e cristãos, aliados às experiências de ação social francesas e belgas. Essas origens conferiram ao Serviço Social uma herança cultural com "fortes marcas confessionais", como destaca lamamoto (2013, p. 105).

Na época, o Serviço Social era concebido como uma "missão", um "serviço" à sociedade, que estava na dependência de uma "vocação" específica de seus agentes, a quem competiria, segundo expressões muito utilizadas na época, "fazer o bem-feito". Isso significava realizar um trabalho de ajuda com competência técnica, com base em princípios filosóficos e morais, que seriam transmitidos aos assistentes sociais por meio da educação.

Netto (2011) sinaliza que a profissionalização do Serviço Social se constitui a partir de duas principais medidas. A primeira trata-se do afastamento das intervenções para atender meramente os anseios de suas bases: “[...] precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instancias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social e que os agentes se profissionalizam”. (Netto, 2011, p. 72). E a segunda, que é crucial para de fato legitimar a profissão é a remuneração salarial. Netto (2011, p. 72) assevera, ainda:

[...] o que o deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a condição do agente e o significado social da sua ação; o agente passa a se inscrever numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um novo sentido na malha das reproduções sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserida no mercado de trabalho, com todas as consequências daí recorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho).

Cumprido mencionar que a formação dos(as) assistentes sociais, enquanto profissionais, dada o seu caráter interventivo, privilegiou fundamentalmente o aspecto técnico-operativo, em detrimento da produção de conhecimento. O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 1940, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho, permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista.

Efetivamente, a reorientação da profissão, para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço sócio ocupacional tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social. Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão.

CAPÍTULO 2

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL EM SUA EMERGÊNCIA

2.1 As instituições sócio-ocupacionais da (o) assistente social e o Serviço Social tradicional.

Como mencionado no capítulo anterior, o Serviço Social brasileiro emerge na década de 1930, período de trânsito do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, conforme afirma Netto (2011). Neste contexto, o Estado tem suas funções ampliadas e a “questão social” será respondida, também, por meio de políticas sociais, produzindo então socialmente a necessidade de novos profissionais para executar tais políticas, e o Serviço Social é uma delas. Desde a sua emergência até meados o final da década de 1950, a direção estratégica hegemônica na profissão tem as suas bases no conservadorismo. Na trajetória da profissão, a perspectiva teórico-prática que a fundamenta neste período é denominado de Serviço Social tradicional.

Por tudo o que foi visto até aqui, é possível afirmar que é o capitalismo monopolista que gera as determinações históricas e sociais que criam as possibilidades para fazer emergir as práticas profissionais como a do Serviço Social no marco da divisão sócio-técnica do trabalho (NETTO, idem). E a sua profissionalização “[...] não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica” (NETTO, ibidem, p. 73). Dito isto, os esforços a seguir serão para analisar o Serviço Social Tradicional.

De acordo com o que foi visto no item anterior, a década de 1930 foi marcada por grandes reformulações política, econômica e social, como por exemplo, a instauração do Estado Novo, período denominado por alguns historiadores como a ditadura aberta. Na década seguinte, 1940, ocorre legitimação profissional do Serviço Social no contexto sócio-histórico do capitalismo monopolista no Brasil.

Sobre esse momento, Iamamoto e Carvalho (2013) destacam:

“[...] acentua-se os mecanismos de disciplinamento e controle social. Aparecem novas técnicas sociais, associadas ao revolucionamento dos processos produtivos e o aumento da composição orgânica do capital” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 323).

Sobre o papel do Estado burguês, os referidos autores sinalizam, também, que suas funções se alargam ainda mais para ajustar e permitir a reprodução da força de trabalho, e as instituições assistenciais tem o protagonismo na execução de ações socioassistenciais. Iamamoto e Carvalho (2013) apontam que:

Ao abranger condições essenciais da sobrevivência e reprodução da Força de Trabalho (e materializar a vinculação entre o modelo econômico e político, e as políticas sociais) tais instituições passam a desempenhar funções políticas, econômicas e ideológicas vitais para a manutenção da dominação de classe (IAMAMOTO; CARVALHO, idem, p. 324).

Tais instituições implementaram políticas e serviços sociais conforme às diretrizes do Estado, atendendo demandas pontuais expressas nas reivindicações feitas pela classe trabalhadora com objetivo de “melhorar” sua condição de vida. Os seus serviços são pensados a partir de um aparato burocrático, creditado direta ou indiretamente pelo Estado, com o objetivo de controlar a força de trabalho. Sobre esse papel das instituições assistenciais, Iamamoto e Carvalho (2013) elucidam:

“[...] as instituições assistenciais atuam no sentido de recuperar e falsificar o conteúdo mais profundo das lutas do proletariado por melhores condições de existência. A partir deste prisma, estas instituições aparecem claramente como agência política de contenção e controle das lutas sociais (e das sequelas derivadas do crescimento da miséria relativa da população), ao procurarem deslocar as contradições do campo explícito das relações de produção e tenta absorvê-las e neutralizá-las, dentro dos canais abertos a partir do aparelho de Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 324).

Com essa afirmação, é possível reconhecer a relevância desses aparatos para o capitalismo monopolista, pois relacionado ao Estado burguês, elas contribuem para estabelecer o controle social da força de trabalho e propagam a ideologia burguesa para a classe trabalhadora, servindo, também, para escamotear as questões estruturais do capitalismo. Iamamoto e Carvalho (2013) ainda apontam outros traços função das instituições assistenciais:

[...] como o de carrear apoio político eleitoral para o regime; demonstrar o “espírito social” e a solidariedade do empresariado; demonstrar a preocupação do Estado para com o bem-estar da população; contrapor-se à organização autônoma do proletariado, às suas lutas reivindicatórias e, por que não, demonstrar que existiriam caminhos mais fáceis que este, para a obtenção de melhores condições de vida (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 324).

Nesse sentido, as ações sócio-assistenciais implementadas por estas instituições têm um caráter de classe e contribuem para a manutenção da ordem estabelecida. Tais instituições constituem os espaços socio-ocupacionais das assistentes sociais. Os fundamentos da profissão neste contexto não colidem com a direção social do Estado e, por conseguinte, destas instituições.

A partir da década de 1940, no Brasil, ocorre o agravamento das refrações da “questão social”, e estas exigem interferência a partir de uma *nova racionalidade*. Sobre esse momento, Iamamoto e Carvalho (2013) discorrem:

O desenvolvimento das forças produtivas, a centralização e concentração do capital, o aumento da sua composição orgânica, a complexidade e o ritmo dos métodos e processos de trabalho trazem novas exigências quanto à qualificação e produtividade de importante parcela da Força de Trabalho. [...] A Força de Trabalho se demanda maior qualificação e nível de instrução para integrar-se ao processo de trabalho; resistência e equilíbrio psicológico para assistir o ritmo exigido pelo processo de trabalho etc. Essas são necessidades que paulatinamente se vão afirmando como *necessidades sociais*, cujo atendimento representa um acréscimo efetivo no valor da Força de Trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Então, sobre essa *nova racionalidade* da forma de enfrentamento da “questão social”, Iamamoto e Carvalho (2013) pontuam que ao *ofertar* serviços como educação, saúde e para consumo da classe trabalhadora – especialmente a que está envolta no processo produtivo – acrescentam valor a Força de Trabalho. Essa colocação é importante para compreender que ao *oferecer* esses serviços, não se trata do Capital e o Estado ser benevolentes, o consumo desses serviços é produtivo para o sistema capitalista.

Sobre outros objetivos dos trabalhos feitos por essas instituições assistenciais, Iamamoto e Carvalho (2013) elencam: conservação e recuperação da capacidade de Trabalho; controle da reposição física da Força de Trabalho. E sobre serviços: cuidado materno-infantil; salário-família, controle das condições sanitárias; manutenção dos aposentados, mutilados, viúvas e órfãos. Diante de toda essa exposição é possível notar o quanto o trabalho desempenhado pelas instituições assistenciais é essencial à burguesia. Iamamoto e Carvalho (2013) pontuam que:

A manutenção e reprodução da dominação de classe exigem, simultaneamente, a interiorização e aceitação dessa dominação, a

constante recriação e inculcação de formas mistificadas que obscurecem e encobrem a dominação e exploração. [...] O estímulo à cooperação de classes, o ajustamento *psicossocial* do trabalhador, são, entre outros, elementos básicos na ação de impor a aceitação e interiorização das relações sociais vigentes, a aceitação da hegemonia social do capital (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013, p. 325 e 326).

As instituições sociais prestam os serviços, considerados como ferramentas essenciais para manter, fortalecer e propagar a dominação de classe. Causando efeitos econômicos, políticos e sociais, utilizando-se ajustamento de hábitos cotidianos (cuidado com saúde, alimentação); estimulando a cooperação entre as classes; e até enquadramento psicossocial, tudo para manter o capitalismo. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013).

De acordo com o que foi analisado até esse momento com base em lamamoto e Carvalho (2013), é possível afirmar que o objetivo dos espaços ocupacionais nas assistentes sociais não é romper com o sistema, nem questionar o cerne causador das mazelas encontradas nas relações de produção capitalista, nem tão pouco realizar críticas as políticas sociais, ao contrário. Sejam elas: “estatais, autárquicas ou privadas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 326), são ferramentas potentes na luta de classes, sobre tudo, no controle da Força de Trabalho e manutenção da hegemonia burguesa. E são nesses espaços que a profissional do Serviço Social é chamado a atuar. lamamoto e Carvalho situam que:

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais – estatais, autárquicas ou privadas – é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissão do Assistente Social pode se consolidar e romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades. A partir desse momento só é possível pensar a profissão e seus agentes concretos – sua ação na reprodução das relações sociais de produção- englobados no âmbito das estruturas institucionais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 326 e 327).

Ou seja, a inserção do Serviço Social nas instituições legitimou a profissão, sendo a assistente social é uma profissional assalariada executando técnicas e de acordo com sua gama de conhecimentos numa relação direta ou indireta com o Estado. Sua atuação conquista amplitude, mas mantém na sua formação e métodos de intervenção os valores burgueses. E que apesar da relação de continuidade defendida por alguns autores reforçada pela relação com a Igreja Católica, é justamente quando seus agentes rompem com as práticas confessionais, por

motivações particulares que Netto (2011) aponta o caminho para a profissionalização.

O autor (*idem*) aponta ainda:

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes -ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade - se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. (NETTO, 2011, p. 71)

Então, de acordo com Netto (2011):

A laicização, tanto mais afirmada quanto mais nítido é o estatuto profissional, não exclui uma auto-representação com traços confessionais nem, menos ainda, a pretensão de organizações confessionais em direcionar as referências e as práticas dos profissionais. Os indicadores efetivos da laicização são, por um lado, a regulamentação compulsória e pública (estatal) da formação e do desempenho profissionais, por outro, a diferenciação ideal (teórico cultural, ídeo-política) interna da categoria profissional (NETTO, 2011, p. 74).

Sobre seu significado social, Iamamoto e Carvalho (2013) afirmam que “o significado social do Serviço Social pode ser aprendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do Estado, implementadas pelas entidades sociais assistenciais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 327). Sobre as políticas sociais, Netto (2011) aponta que:

Estas, [...] se constituem também como conjuntos de procedimentos técnico-operativos; requerem, portanto, agentes técnicos em dois planos: o da formulação e da sua implementação. Neste último, em que a natureza da prática técnica é essencialmente *executiva* [...]. Neste âmbito está posto o mercado de trabalho para o assistente social: *ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais* (NETTO, 2011, p. 74).

É importante sinalizar que essas políticas sociais estão dentro da lógica do capitalismo monopolista e são operacionalizadas pelo Estado burguês, aqui sim, portanto, são modelos de coberturas sociais, enfiamentos das expressões da “questão social” de caráter fragmentada; setorializada, com fundamentos na relação de exploração do capital sobre o trabalho (NETTO, 2011).

Outra questão importante sobre as políticas sociais apontadas por Netto (2011) é:

[...] o fato das políticas sociais (públicas) instaurarem o espaço *profissional* para o Serviço Social não significa, imediatamente, que seja o Estado o detonador de processos de constituição da categoria profissional; significa apenas que são elas que suportam o reconhecimento profissional do Serviço Social [...] (NETTO, 2011, p. 75).

Portanto, não é a política social que dá origem a profissão, e nem o Estado. São apenas componentes importantes no processo de legitimação da mesma. Legitimado institucionalmente e juridicamente, o Serviço Social em razão dos aspectos materiais da sua intervenção – já mencionados ao longo desse trabalho – tona-se umas das ferramentas do Estado e das instituições empresariais na execução de políticas sociais. Sobre as primeiras práticas dos(as) assistentes sociais nas instituições assistenciais, Iamamoto e Carvalho (2013) apontam que:

Os Assistentes Sociais serão integrados ao tipo de equipamento já existente, como elementos auxiliares e subsidiários relativamente ao desempenho das práticas materiais principais de cada instituição particular. [...] terão por âmbito de atuação uma área abrangente e pouco definida (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 328).

Retomando a atuação das profissionais do Serviço Social, Iamamoto e Carvalho (2013) pontuam que:

Atuando através de canais administrativos – e, às vezes, disciplinares – o Serviço Social mantém sua ação educativa e doutrinária de “enquadramento” da população cliente. Não se trata mais do apostolado doutrinário, da salvação e recristianização das massas populares, de exorcizar o conteúdo liberal da sociedade burguesa. A boa consciência “da ação caridosa dos benévolos, substitui-se a atividade metódica e burocratizada de agentes assalariados” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013, p. 328).

Nesse sentido, apesar da ampliação do mercado de trabalho, o Serviço Social Tradicional, segundo Iamamoto e Carvalho (2013) preservou suas características fundamentais na forma de atuação. É importante sinalizar novamente aqui que o Serviço Social não se trata de um processo evolutivo da caridade e filantropia, portanto, a ideia contida nesse parágrafo diz respeito à forma de atuar do (a) assistente social.

Os autores, Iamamoto e Carvalho (2013) localizam os “clientes” como a parte da população mais *carente* e *problemática*, que tem acesso ao trabalho fornecido por essas instituições, ou seja, se trata da prestação de serviço a uma parcela da população que utiliza esse aparato. E o sentido para sua atuação “será dado, essencialmente, pelas funções econômicas, políticas e ideológicas que presidem o surgimento e o desenvolvimento das instituições às quais é incorporado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 330).

As práticas desenvolvidas pelos(as) assistentes sociais nessas instituições, segundo Iamamoto e Carvalho (2013), são consideradas como auxiliares,

entretanto, elas atendem às demandas institucionais vinculadas aos interesses do capitalismo monopolista, pois a intenção dos serviços oferecidos não é superar as mazelas vividas por grande parte dos que deles se utilizavam “mas, perpetuar este estado, reproduzi-lo, minorando ou remediando as sequelas mais berrantes da exploração”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.330).

Outra característica das práticas da assistente social nas instituições assistenciais advém das lutas de classe e de como atender aos interesses hegemônicos adensados nas políticas sociais, pois a cobertura das políticas sociais atende uma pequena parcela da população e esse caráter limitante – como também o conteúdo repressivo nos períodos de regimes totalitários – tem como função excluir qualquer participação da classe trabalhadora na elaboração das Políticas Sociais. Então:

Nesse sentido, o Serviço Social aparece como necessário, em grande parte, em função de uma determinada correlação de forças na sociedade, que se reflete na determinação das Políticas Sociais, constantemente desfavorável aos setores explorados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 331).

Então, é nesse espaço de tensão entre classes, envolvendo diversos e distintos atores sociais, grandes aparatos institucionais que se desenvolve e legitima o Serviço Social Tradicional, que, conforme as condições sócio-históricas acima assinaladas, emerge com um caráter conservador, principal traço do serviço social tradicional, cujas práticas profissionais, “colocam-se *entre* a necessidade e, portanto, a demanda da população e o caráter seletivo e limitado do equipamento assistencial e previdenciário que pode dispor” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.332).

Sobre o pensamento conservador, Barroco (2010 a) nos informa:

Inimiga histórica dos ideais iluministas, a reação conservadora que se apresenta em finais do século XIX, articulada em torno de tendências românticas restauradoras do passado feudal, tem como referência fundamental o pensamento de Edmund Burke, na Inglaterra, e o tradicionalismo, com De Maistre, Bonald e Lamennais, na França. Profundamente contrário as idéias do Iluminismo, do liberalismo e do utilitarismo, o conservadorismo fundamenta-se na valorização do passado, da **tradição**, da **autoridade** baseada na **hierarquia** e na **ordem**; nega a razão, a democracia, liberdade como igualdade, a indústria, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim, todas as conquistas da época moderna (BARROCO, 2010 a, p. 172, grifos original da autora)

Segundo Barroco (idem), essa corrente de pensamento, o pensamento conservador, tem por base a tradição, os valores feudais; e é contrário aos novos

valores criados a partir de uma nova sociabilidade com o desenvolvimento das forças produtivas. Barroco (ibidem) assinala, ainda, que: “uma das marcas do conservadorismo é sua oposição ao racionalismo e sua valorização da experiência e do preconceito” (BARROCO, 2010, p. 174).

De acordo com a referida autora, para seus pensadores, o conhecimento não pode advir da razão, mas da experiência imediata, dos sentimentos e da tradição. Por conseguinte, os conservadores defendem tradições e valores de instituições como: a família, a Igreja e a propriedade privada. Para Barroco (ibidem), moral, por sua vez, adquire um sentido moralizador:

(...) porque faz parte das propostas conservadoras buscar reformar a sociedade, entendendo que a **questão social** decorre de *problemas morais*. É assim que se apresentam sob diferentes enfoques e tendências, objetivando a restauração da ordem e da autoridade, do papel da família, dos valores morais e dos costumes tradicionais (BARROCO, 2010 a, p. 175).

Logo, uma tradição que não se baseia na razão, que elabora seu conhecimento a partir da aparência dos fenômenos, levando em consideração a tradição, os costumes, será de grande valor para burguesia manter-se hegemônica. (BARROCO, 2010 a).

Cumprir mencionar, entretanto, que o pensamento conservador e a doutrina social da Igreja Católica não constituem teorias sociais. Para Yazbek (2009):

A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé e em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros. O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista. A teoria social, por sua vez, constitui um conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto, organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois, a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social (YAZBEK, idem, p. 6).

Sistematizando, a trajetória do Serviço Social tradicional, com vigência até meados de 1960, tem suas bases no conservadorismo, contexto de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. A classe trabalhadora sofre com as mazelas estruturais do sistema e exige melhores condições de vida, com isso, o Estado,

“comitê executivo da burguesia”, amplia-se, intervindo na “questão social” também por meio de políticas sociais com o objetivo de controlar a força de trabalho. E o Serviço Social será uma das profissões requisitadas para executar tais políticas.

A burguesia junto ao Estado cria instituições assistenciais, que passam a operacionalizar as políticas sociais. Essas instituições oferecem serviços que têm como objetivo controlar a força de trabalho; propagar a ideologia burguesa e, ainda, escamotear a exploração e a dominação.

Por fim, a inclusão do Serviço Social nas instituições socioassistenciais legitimou a profissão e seu mercado de trabalho.

2.2 Questão Social, Serviço Social e Conservadorismo no Serviço Social Tradicional.

Como mencionado anteriormente, a influência do pensamento conservador marcou o Serviço Social tradicional. Iamamoto (2013) afirma que as bases teórico-metodológicas e ético-política do Serviço Social tradicional alicerçavam-se na Doutrina Social da Igreja Católica, no neotomismo e no funcionalismo norte-americano. Para compreender o conteúdo destas elaborações, Iamamoto (2007) diz:

A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais de que a Igreja é depositária. Deus é a fonte de toda a justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios cristãos pode realizar a justiça social. A intervenção do Estado na “questão social” é legítima, já que este deve servir o bem comum. O Estado deve assim preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente dos que necessitam de amparo (IAMAMOTO, 2007, p. 18).

E verifica-se a proximidade entre o Serviço Social, em sua emergência, com a Igreja Católica. Para compreender os rebatimentos dessa relação sobre o arcabouço teórico e também diferenciar tal influência dos aspectos societários que realmente faz emergir a profissão para intervir nas expressões da “questão social” via políticas sociais, implementadas pelo Estado, é fundamental aprofundar essa análise. Yazbek (2009) diz que:

Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento

tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista "aplicá-lo" às necessidades de nosso tempo) (YASBEK, idem, p. 3).

Este pensamento são construções que problematizam o indivíduo em suas relações com a sociedade, e a prática profissional deveria propiciar melhoras de condutas e comportamentos para “adequar” seus “clientes” às relações sociais. Logo, é dessa relação com a Igreja Católica que, o Serviço Social, em sua gênese, no Brasil constrói, com base nesse referencial teórico religioso, suas intencionalidades políticas e sociais com característica conservadora e humanista. (YAZBEK, 2009). E essas concepções são utilizadas no Serviço Social Tradicional, com base nessas construções sociais da Igreja, fomentam as práticas conservadoras. Detalhando um pouco mais sobre esses conteúdos, Yazbek (2009) aponta que:

Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social sociedade moderna e a “Quadragésimo Anno” de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da “Rerum Novarum” vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja (YAZBEK, 2009, p. 4).

De acordo com o que foi dito por Pio XI em 1931, no que diz respeito à ação social da Igreja católica, colocava dois caminhos para o enfrentamento da “questão social”, uma mudança *moral* na sociedade e a aderência aos trabalhos sociais realizados pela Igreja, a Ação Social⁸ (YAZBEK, 2009).

Esta doutrina influência a profissão em sua emergência e, esse cenário se altera com a o avanço técnico da profissão a partir da década de 1940, quando o enfrentamento das expressões da “questão social” adquire uma *nova racionalidade* frente o aumento das demandas postas pela classe operária e a necessidade burguesa do controle da força de trabalho. O mercado de trabalho das assistentes sociais se amplia, surgem novas requisições e exigência de novas tecnologias. O

⁸ Iamamoto e Carvalho (2013) definem que: “A Ação Social tem por fim promover, a cada época e conforme as suas necessidades, a adaptação e transformações dos grupos existentes, e a criação dos que se tornarem necessários” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 213).

Estados Unidos, pós Segunda Guerra Mundial, avança no sentido de aumentar sua influência, nesse período, diante de todo esse cenário, ocorre uma aproximação junto ao Serviço Social norte-americano. Sobre tal momento a autora (2009) traz:

Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Este processo, que vai constituir o que Yamamoto (1992, p. 21) denomina de "arranjo teórico doutrinário", caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais). (YAZBEK, 2009, p. 5).

A partir do entendimento do que é teoria social para Yazbek (2009), pautando em Yamamoto (2013), reafirma as determinações sócio-históricas que conduzem o Serviço Social emergir influenciado pelo pensamento conservador. Este pensamento não apreende a realidade em sua essência, mas a escamoteia. Ele não reconhece a “questão social” porque não reconhece as contradições produzidas e reproduzidas pelo modo de produção capitalista. Trata-se, para este pensamento, de “corrigir”, “adequar” os comportamentos “desviantes” da classe trabalhadora, por meio do controle social. Porém, a doutrina da igreja católica e o neotomismo não são suficientes para as necessidades do pensamento e a ideologia hegemônica na sociedade burguesa, o parâmetro da cientificidade pautada na naturalização dos fenômenos sociais, na tipificação e manipulação de variáveis empíricas era essencial. Este arranjo teórico-metodológico em si, mostra de um lado a simbiose Estado e Igreja, de outro, a afirmação de Yazbek (2009) afirma que a primeira aproximação do Serviço Social com as Ciências Sociais, responsável por subsidiar novas práticas profissionais, é a matriz positivista. Sobre a presença do positivismo neste arranjo. Sobre tal Yazbek (2009) afirma:

Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (YAZBEK, 2009, p. 7).

E ela continua caracterizando a matriz positivista como:

É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Particularmente em sua orientação funcionalista,

esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação [...]. (YAZBEK, 2009, p. 7).

Com base nesse entendimento, as práticas profissionais são pensadas para ajustar/ enquadrar o indivíduo à vida cotidiana “normal”, ou seja, comprometido com o seu posto de trabalho, com a família, sem ócio, sem malcriações ou desobediências, principalmente ao seu patrão. Os aconselhamentos feitos pelos(as) assistentes sociais alcançam diversos ambientes do “cliente”, como família, espaço de trabalho e moradia. Então, mesmo sem reconhecer a estrutura social que propicia as demandas trazidas pela população que atendia, o objetivo era o ajustamento de seu “cliente” às necessidades do capital, uma força de trabalho dócil e disciplinada.

A busca de um fundamento científico tem sido apontada por Netto (2011) como outro dado fundamental para o desenvolvimento profissional, pois, para compreender a profissão nas relações sociais é preciso:

[...] a afirmação e o desenvolvimento do estatuto profissional (e dos papéis a ele vinculados) se opera mediante a intercorrência de um *duplo* dinamismo: de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas que lhe são socialmente colocadas; de outra, aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de forças (teóricas e prático-sociais), aptas ou não para responder às requisições extrínsecas – e este é, enfim, o campo em que incide seu sistema de saber (NETTO, 2011, p. 89).

O referido autor aponta, ainda, no contexto de emergência do Serviço Social no Brasil, duas ocorrências no desenvolvimento profissional:

Dois episódios da história do Serviço Social atestam essas assertivas: a viragem psicologista (progressivamente centrada no enfoque psiquiátrico) que, no final dos anos vinte como mantive essa citação, reconsultei e está correta, instaurou um papel peculiar ao Serviço Social de Caso e assunção da organização e do desenvolvimento de comunidades, no segundo pós-guerra e nomeadamente ao sul do Rio Grande, que veio a plasmar, como segmento do âmbito profissional, o Desenvolvimento de Comunidade (NETTO, 2011, p. 90).

Mesmo com a tecnificação da profissão, lamamoto (2007) sinaliza que o projeto profissional permanece conservador. Analisando o pensamento conservador, lamamoto (2007) afirma que este é uma forma particular de aliar o pensamento e a experiência prática que nasce num marco histórico específico, na sociedade de classes no momento que a burguesia se torna classe hegemônica, ou seja, no capitalismo. O pensamento conservador é uma oposição ao racionalismo, com base

nas tradições, forma de pensamento e modo de vida necessário à consolidação e expansão do capitalismo:

A fonte do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como um conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2007, p. 22).

Seus pensadores recorrem às categorias do cientificismo capitalista e mesclam com formas de vida dominantes da história e que se tornam funcional para a forma de sociabilidade vigente:

O que se constata é um “rpto ideológico” de noções reinterpretadas no seu significado original e proposta como “válidas” para compreender e agir em um contexto histórico diferenciado daquele no qual emergiram. Essas noções são válidas, porém, para os que têm interesse em obscurecer as contradições próprias da sociedade capitalista, enfatizando, no nível analítico, apenas o que favorece sua própria coesão e reprodução e encobrindo as desigualdades fundamentais nela produzida (IAMAMOTO, 2007. p. 23).

Ao adotar tal artifício, encerra-se a contraposição do pensamento conservador ao capitalismo. Permitindo, então, que ele se torne a materialização da sociedade burguesa, na sua forma de agir e de pensar. Assim, o racionalismo e o conservadorismo, “portanto dois pensamentos, integrados a um *único estilo de pensamento*, que exprime um modo de vida: o da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, idem, p. 23). Mas, lamamoto (ibidem) chama atenção para:

O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de idéias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação em projetos de ação favoráveis à manutenção de uma ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade (IAMAMOTO, ibidem, p. 23).

lamamoto (ibidem) reforça que essa análise do pensamento conservador, e seu assomo nas Ciências Sociais são importantes para a compreensão do Serviço Social, pois ele tem sua gênese e se desenvolve no ideário conservador. Sobre as características do pensamento conservador, lamamoto (2007) aponta:

Dentro das características do pensamento conservador, destacam-se sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. A sociedade tende a ser aprendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fontes das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência são valorizados, em contraposição

ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade. O conservador pensa a base do “nós”; o indivíduo não é uma partícula isolada e automatizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos. Reage a toda igualdade externa, que desconheça as particularidades individuais. Radicaliza-se na individualidade: os homens são seres totalmente desiguais, porquanto particulares. A liberdade é subjetivada: consiste na habilidade de cada indivíduo em desenvolver-se de acordo com as possibilidades e limitações de sua personalidade, com o núcleo do seu ser. O ser mais profundo do homem e sua individualidade e a sua essência moral. Assim, a liberdade é levada, restritivamente, à esfera privada e subjetiva da vida, enquanto relações “externas” e sociais devem ser subordinadas aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina (IAMAMOTO, 2007, p. 24).

Então, segundo lamamoto (2007), o pensamento conservador tem por base a imediatividade e na dedução para produzir seus pensamentos, “valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar” (IAMAMOTO, idem, p. 24).

lamamoto (ibidem) considera o pensamento conservador com produto da Revolução Francesa e da Revolução industrial e, diz que a ideia de maior relevância na sociologia é a *noção de comunidade*. Sobre isto, lamamoto (ibidem) diz que:

A força da comunidade provém de motivações mais profundas que o mero interesse racional; nela o homem é concebido como totalidade, e não a partir dos papéis que desempenha na ordem social. Seu modelo, do ponto de vista histórico, é a família. Os laços de comunidade passam a compor a ideia da “boa sociedade”, estando na base do conceito social, tal como é predominantemente utilizado pelos sociólogos. O símbolo da comunidade torna-se um meio de legitimação das relações sociais, um novo esquema de utopia. (IAMAMOTO, ibidem, p. 25 e 26).

E sobre os rebatimentos do pensamento conservador no Serviço Social brasileiro, lamamoto (2007) assinala:

O Serviço Social nasce e se desenvolve na órbita desse universo teórico. Passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 40. Incorpora a noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional. Mas, a comunidade é erigida como ótica de interpretação da sociedade capitalista quando já deixou de ter contrapartida histórica, isto é, quando a sociedade encontra-se estruturada não mais segundo os princípios das relações comunitárias, mas conforme os parâmetros da racionalidade burguesa, da reprodução do capital. (IAMAMOTO, 2007, p. 26).

Então, é possível afirmar que, durante seus primórdios, o Serviço Social desempenha atendimentos de caráter moralista, sua prática se pauta em questões subjetivas, sem considerar as relações sociais estabelecidas no sistema capitalista.

Sobre as bases teóricas do Serviço Social neste contexto, Iamamoto (2007)

afirma:

A individualização dos “casos sociais”, em detrimento do reconhecimento da situação social comum vivida pelos segmentos sociais que constituem a “clientela” do Serviço Social, é outra característica marcante dessa atividade profissional. Os indivíduos são encarados como seres únicos e particulares, com potencialidades a serem desenvolvidas, desde que estimuladas, cuja dignidade dos seres humanos e cuja liberdade merecem respeito do profissional. Porém, tais características tendem a ser aprendidas sem a vinculação com suas bases materiais, isto é, subjetivamente e apartadas da situação de vida dos “clientes”, transformando-se em princípios e postulados universalizantes orientadores da ação profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 29 e 30).

Em relação a este arranjo que fundamenta o Serviço Social tradicional, Netto (2011) afirma:

Os moldes formal-abstratos desenvolvidos pela profissão – expressos, por exemplo, na tricotomia caso/grupo/comunidade, ou na sequência estudo/diagnóstico/terapia/avaliação (contínua) – mostram-se unilaterais e unilateralizantes, na justa escala em que deixa de apreender o sistema de mediações concretas que formam a rede em que se constitui a unidade de intervenção, esta mesmo alvo de inúmeras situações problemáticas em que se corporificam as refrações da “questão social”, numa série cuja diferencialidade instaura um aparentemente caótico complexo de carências (materiais e/ou ideais) (NETTO, 2001, p. 95).

Ou seja, o embasamento científico fundamentado no positivismo permite algumas reformulações na prática profissional, e/ou na criação de novos instrumentos profissionais. Nessa esteira, Iamamoto (2007) ressalta:

O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão – que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no Serviço Social – ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais no marco do pensamento conservador, especialmente na sua vertente empiricista norte-americana. Este universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com tendências pragmatistas da profissão, as reforçam e atualizam (IAMAMOTO, idem, p. 21).

Não obstante o positivismo propiciar algumas mudanças importantes na profissão, não altera seus princípios e valores. Sobre esse momento, assinala Iamamoto (ibidem):

O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo técnico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem” (IAMAMOTO, 2007, p. 21).

Sobre essa influência norte-americana pós Segunda Guerra, não só no Brasil, mas em todo o mundo, é possível apontar, brevemente, uma vez que não se tratam do objetivo desse escrito, alguns dos acontecimentos relevantes sobre o contexto histórico do período realizado por meio de um apanhado sobre bibliografias envoltas da temática.

Para iniciar, na obra “A Era dos Extremos”, Eric Hobsbawm (1995) explica que após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos intensificam uma política de intervenção nos países latinos, objetivando não apenas crescimento econômico, que descrevesse como ampliação ao mercado consumidor; melhores condições de compra (preço baixos) para matérias-primas, mas, também, estabelecer padrões culturais da sociedade norte-americana como um padrão de desenvolvimento das nações da América Latina. Assim, relacionando organicamente com governos ditatoriais e autoritários, os EUA propagam nos países latinos a propaganda anticomunista, desenvolvendo uma complexa e bem-sucedida campanha contra o ideário socialista. (HOBBSAWM, 1995)

No trabalho escrito por Manuel Manrique Castro (2011) – “A História do Serviço Social na América Latina” –, o referido autor (idem) também ressalta a interferência dos Estados Unidos em busca de fortalecimento econômico, político e ideológico, na América Latina como fator importante para expansão do Serviço Social na América Latina (CASTRO, ibidem)

Manrique assevera, ainda, que a elaboração do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a construção da Organização dos Estados Americanos (OEA) consolida aquilo que o referido autor aponta como estruturas jurídicas mais complexas, colocando para os países latinos compromissos de intercâmbios culturais e educacionais, aumentando a dependência em relação aos EUA:

É possível dizer-se que durante a Segunda Guerra Mundial se engendra e, com o TIAR e a OEA, se consolida uma segunda fase do pan-americanismo monroísta que, revelando-se jurídica e organicamente mais elaborada, desenvolve-se no interior de uma complexa trama de vínculos e compromissos de crescente dependência em face da potência do norte (CASTRO, 2011, Ed. 12, p. 133).

É importante ressaltar que, de acordo com o autor, é no interior da OEA, no Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais que se organiza a seção de Serviço Social responsável por influenciar a formação e prática dos(as) assistentes

sociais. E a OEA cria a partir de 1952 o Centro Interamericano de Habitação que atuou na formação dos(as) profissionais de Serviço Social, principalmente na atuação junto as comunidades e das ações junto as equipes multidisciplinares (CASTRO, 2011)

Entretanto, não há, nesse momento, uma ruptura, ou mesmo crítica ao sistema burguês dentro da profissão, e Netto (2011, p. 101) reitera que isso não ocorre “porque não se supera a *imediaticidade*”. Então, conclui-se que:

Por tudo isso, a prática profissionalizada do Serviço Social, enquadrada nas condições acima referidas, não redundou, historicamente, num complexo operacional que, em suas resultantes, oferece sólidos respaldos para discriminá-las no confronto das suas concorrentes no trato das refrações da “questão social” (NETTO, 2011, p. 102).

A compreensão da forma como e porque o Estado burguês refuta a “questão social” advinda da contradição capital e trabalho explica as bases teórico-metadológicas do Serviço Social tradicional, o seu caráter conservador e sua funcionalidade ao controle social tendo em vista a ordem do capital.

Netto (2011) assevera que foi conferido ao Estado, pela burguesia no capitalismo monopolista, a função de implementar políticas sociais para um enfrentamento, *contínuo, sistemático e estratégico* das expressões da “questão social”. O autor diz, ainda, que “o caráter público do enfrentamento das refrações da “questão social” incorpora o substrato individualista da tradição liberal, *ressituando-o* como elemento subsidiário no trato das sequelas da vida social burguesa” (NETTO, *idem*, p. 35).

Sobre esse fenômeno, Netto (*ibidem*) pontua que a interpretação centraliza o papel do e no indivíduo, tanto suas conquistas como fracassos são inteira responsabilidade do sujeito individual. Sobre o Estado, ele retoma dizendo que o enfrentamento da “questão social”, por esse no capitalismo monopolista “*corta e recupera* e o ideário liberal – *corta-o*, intervindo através de políticas sociais; *recupera-o*, debitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por elas afetados” (NETTO, *ibidem*, p. 36).

E por base nesse entendimento, Netto (*ibidem*) afirma que há rearranjo no capitalismo monopolista sobre o caráter público e privado da “questão social”, ou seja, dissemina a ideia que a intervenção na “questão social” é algo público, mas sobre algo de natureza privada, com origem nas manifestações individuais. No mesmo passo que são implantadas formas de enfrentamentos públicos das

expressões da “questão social”, as repetições e permanência dessas expressões são *postas na conta dos sujeitos individuais*.

O Estado quando trata as expressões da “questão social” como *problemas sociais* refutam, portanto, que são consequências da esfera pública e dá a elas um caráter individualista. Então, as interferências nos problemas sociais, mesmo que sejam por meio de trabalhos com grupos ou indivíduos, o entendimento é o mesmo: problemas sociais são problemas pessoais, ou seja, são causados por indivíduos. (NETTO, 2011)

Esta forma de intervenção possibilita a burguesia a legitimação do Estado burguês e no controle da força de trabalho. Ainda segundo Netto (2011), há uma diferença nas estratégias dos enfrentamentos das expressões da “questão social” implementadas pelo Estado nesse contexto quanto a concepção “público” e “privado”. (Netto 2011) diz:

[...] se verifica uma visível dominância da perspectiva “pública” quando se trata de refrações da “questão social” tornadas flagrantemente massivas e especialmente nas conjunturas nas quais se constata uma curva ascendente do desenvolvimento econômico; a proeminência da perspectiva “privada” parece dar-se sobretudo em momentos imediatamente anteriores e posteriores à emergência de conjunturas críticas (NETTO, idem, p. 37).

Segundo José Paulo (2011), a falta de um padrão recorrente da escolha sobre estratégia de caráter “pública” ou “privada” não se trata apenas dos interesses burgueses de entrelaçar uma a outra. Isso é possível por toda a complexidade das relações sociais, que, de acordo o referido autor, pode ser analisado a partir dos seus três eixos principais: “a captura dos espaços “privados” pela lógica específica do capitalismo monopolista, os componentes de legitimação da ordem burguesa e a recuperação de um patrimônio teórico-cultural apto a consagrar aquela complementaridade no plano da representação ideal” (NETTO, ibidem, p. 38).

Acerca da subjugação dos espaços “privados” aos interesses do capitalismo monopolista, Netto (2011) pontua que:

Na idade do imperialismo, a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e da vida privada; a subordinação ao movimento do capital deixa de ter como limites imediatos os territórios da produção: a tendência manipuladora e controladora que lhe é própria desborda os campos que até então ocupara (no capitalismo concorrencial), domina estrategicamente a circulação e consumo e articula uma indução comportamental para penetrar a totalidade da existência dos agentes sociais particulares. Aqui, é o inteiro cotidiano dos indivíduos que tende a ser *administrado* (NETTO, 2011, p. 38 e 39).

Ou seja, se trata de mercantilizar todas as relações sociais, o capitalismo monopolista não coloca limites para adentrar na esfera “privada” do indivíduo tudo com vistas a sua expansão, valorização e acumulação, e, faz a partir de investimentos transformando quase tudo em “serviço” que tem como proposta preservar essa individualidade. Assim, o capitalismo monopolista não penetra na dimensão do indivíduo com intensão de rompê-la, mas de refuncionalizá-la aos interesses do capital.

Retomando ao enfretamento da “questão social” – transmutada em problemas sociais – pelo do Estado com base no positivismo, Netto (2011) afirma que:

O ataque aos problemas sociais pelo Estado burguês no capitalismo monopolista, movimenta-se entre o “público” e o “privado”, ademais das implicações rigorosamente econômicas que porta, revela como o primeiro subordina o último recolocando-o sistematicamente e fazendo-o através de mediações que não podem ser deduzidas da pura lógica da valorização monopolista e traz à tona a complementariedade indescartável entre ambos. (NETTO, 2011, p. 40).

Portanto, as estratégias criadas e implantadas pelo Estado para os enfretamentos dos “problemas sociais”, mesmo de caráter estreitamente econômico, numa relação de subordinação do privado com o público, tende a atender ambas as esferas, a “pública” e a “privada”.

Netto (idem) sinaliza que a fase monopólica do capitalismo apropria-se de quase todos os componentes de caráter individualista, mas a adesão das concepções positivistas incide em algo inédito:

Aparece não mais como a reiterada proclamação das possibilidades da vontade individual, tão adequada ao perfil de uma ordem econômica e social dinamizada por iniciativas dos sujeitos empreendedores, mas como privilegio das *instancias psicológicas* na existência social. A tendência a *psicologizar* a vida social, própria da ordem monopólica, é tão compatível com os processos sociais que o imperialismo detona quanto se manifesta adequada à sua reprodução, mas, sobretudo, se revela como importante lastro legitimador do existente NETTO, 2011, p. 40).

Na medida em que o processo de acumulação avança, as dimensões “psicológicas” tornam-se relevantes, entretanto, não os conteúdos psicológicos próprios, que antes eram preservados como *reserva psíquica do indivíduo*, mas os que são produzidos na sociabilidade no capitalismo monopolista e são tomados como seu. E essa a uma estratégia de extrema relevância, pois a partir do momento que o indivíduo não se reconhece como parte de uma coletividade, mais isolado ele

estará. E como consequência dessas *psicologização* da vida cotidiana, Netto (2011) pontua que:

O lastro legitimador que se contém na psicologização engendrada neste processo está longe de esgotar-se na possibilidade, já referida, de responsabilizar o (s) sujeito (s) singular (es), na particular configuração individual, pelo seu destino pessoal (NETTO, 2011, p. 41).

Esta ocorrência é considerada por José Paulo (2011) como relevante, pois ao individualizar os problemas sociais, o capitalismo monopolista adota como estratégia de enfretamento as expressões da “questão social” transferir para o indivíduo a responsabilização pelas mazelas vividas e, que para solucioná-las cabem a ele (indivíduo) mudar a maneira como vive. Entretanto, Netto (2011) chama a atenção para o que é mais importante nesse processo de psicologização:

Se assim é o potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização passa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade do seu destino social; bem mais que este efeito, por si só relevante, implica um tipo novo de relacionamento “personalizado” entre ele e as instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da “questão social” que o afetam, são suficientemente hábeis para entrelaçar, nos “serviços” que oferecem e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopólica num exercício que se constitui em verdadeira “pedagogia” psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas (NETTO, 2011, p. 42).

Ou seja, a psicologização dos “problemas sociais” produz uma mudança por dentro, no íntimo do indivíduo. Desse modo, não cabe apenas responsabilizá-lo pelos problemas sociais, mais importante do que isso é modificá-lo, ajustá-lo, educá-lo e enquadrá-lo à nova forma de sociabilidade expressa no capitalismo monopolista.

Sobre o pensamento conservador, Netto (2011) caracteriza-o como uma tradição intelectual “diferenciada, marcada por tensões e rupturas internas” (NETTO, 2011, p. 43). Os teóricos dessa tradição produziram elaborações funcionais para dá embasamento teóricos ao Estado burguês na criação de estratégias para o enfretamento da “questão social”, a partir das perspectivas “pública” e “privada”; construindo bases a partir, “de um *estilo de pensar o social* que tem por limite o marco da socialidade burguesa, o *positivismo*, que, antes de ser uma “escola” sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês” (NETTO, 2011, p. 43)

O positivismo possui pressupostos teóricos no qual se afirmam que são os fatos que definem os conceitos científicos, que defendem não haver necessidade de

uma mudança na ordem estabelecida e que esta poderia apenas ser reformada, melhorada.

Para ilustrar o positivismo Barroco (2010) analisa Auguste Comte, filósofo que é reconhecido como inaugurador desse ideário:

Comte concebe a sociedade como um todo estável fundando em leis invariáveis, análogas às da natureza, e o capitalismo como estágio em que se evidencia o progresso através da industrialização, mas também como uma sociedade que precisa ser reformada para que se realize de acordo com sua natureza: uma ordem estável e sem conflitos (BARROCO, 2010, p. 176).

Logo, suas elaborações são fundamentais para a consolidação da burguesia e subsídio do Estado burguês no capitalismo, pois de acordo com sua característica reformista, torna iguais os fenômenos sociais e os naturais. Sobre essa *naturalização da sociedade*, Netto (2011) diz:

[...] ao naturalizar o social esta tradição estabelece nitidamente a inépcia dos sujeitos sociais para direcioná-los segundo seus projetos- mas exatamente, estabelece a sua refratariedade à razão e à vontade dos sujeitos sociais: a sua variabilidade obedece a regularidades fixas que escapam substantivamente à intervenção consciente dos sujeitos históricos; o social, como tal parece como uma realidade ontologicamente alheia a esses (NETTO, 2011, p. 44).

Netto (2011, p. 45) afirma, ainda, que “ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral”. Então, torna possível a psicologização das relações sociais, e isso ocorre da seguinte forma:

[...] a psicologização passa, num primeiro momento, pela determinação problemática da “questão social” como sendo *externa* às instituições da sociedade burguesa- ela deriva não das suas dinâmicas e estrutura, mas de um conjunto de dilemas *mentais e morais*. (NETTO, 2011, p. 46)

Com a psicologização das relações sociais, a “questão social” torna-se uma questão moral, relacionada ao comportamento dos indivíduos. Mas, este movimento guarda certa complexidade:

O deslocamento que verificamos aqui não converte a psicologização em individualização. Ele consiste em dois movimentos: um deseconomiza (e, portanto, desistoriciza) a “questão social”; outro, que situa o alvo da ação tende a intervir nela no âmbito de algumas expressões anímicas- e é supérfluo indicar o enlace orgânico entre estes dois movimentos (NETTO, 2011, p. 46).

Ao retirar a dimensão econômica e histórica da “questão social”, sua compreensão fica limitada à esfera psicológica e moral. E as estratégias de

enfretamento propõem uma “*modelagem* psicossocial e moral, donde a ênfase na educação e na espiritualidade“ (NETTO, 2011, p. 46).

Sobre as elaborações de Durkheim, Netto (2011) define:

[...] a elaboração durkheimiana: a coesão social no mundo contemporâneo (na sociedade burguesa) garantir-se-ia com as relações indivíduos/Estado mediadas por grupos profissionais; mas esta mediação, diretamente política, aparece derivada da relevância coesiva da moral: a utopia corporativa de Durkheim não tem outro móvel que o de constelar “as forças morais que, sozinhas”, poderão realizar um “novo direito” (NETTO, 2011, p. 49).

É possível reconhecer que essa elaboração adequa-se perfeitamente ao ideário conservador burguês, pois, afasta o entendimento estrutural do que produz as expressões da “questão social”. E, com base nessas elaborações, compreende-se a forma como o Estado burguês enfrenta a questão social, e o faz utilizando duas principais estratégias: “das reformas que o desenvolvimento capitalista situa como possíveis e necessárias no interior de seus quadros e o das induções comportamentais sobre os sujeitos cuja condição permanece refratária a elas” (NETTO, 2011, p. 50 e 51). E mesmo que essa seja a ótica que norteia as elaborações das políticas sociais no capitalismo monopolista, é importante ressaltar que elas estão dentro da dinâmica social que opera de acordo com as lutas de classes.

Então, o Serviço Social, neste contexto, não se distancia desta dinâmica e estratégia da sociabilidade burguesa e o Estado a ela funcional. Bem ao contrário, suas práticas com base em teorias construídas e utilizadas para consolidar a classe burguesa como hegemônica; e visam adequar, enquadrar, ajustar a classe trabalhadora à dinâmica capitalista. O arranjo teórico-metodológico que fundamenta o Serviço Social, centrado no comportamento do indivíduo e com o viés moralizador e moralizante, conecta-se com a totalidade da dinâmica da sociabilidade burguesa e com a necessidade do capital em estabelecer o controle social em face às relações sociais fundadas na exploração da força de trabalho.

2.3 A dimensão ético-política do Serviço Social tradicional.

Como destacado até aqui, o Serviço Social tradicional baseia sua prática a partir dos valores burgueses, vinculados ao pensamento conservador. E esse ponto trará algumas reflexões de como esses valores com base no conservadorismo

influenciam o Código de Ética de 1947 e a Lei de regulamentação da profissão de 1957.

Conforme mencionado, as respostas para as refrações da “questão social” no capitalismo monopolista ocorrem no campo moral⁹, por meio de conjuntos de normas e valores próprios da *ordem*, totalmente vazias de historicidade, despolitizadas e amparadas pelo *conservadorismo moral* (BARROCO, 2010 a).

É inspirado nessa ideologia¹⁰ que o Serviço Social tradicional se fundamenta, com base em um conjunto de ideias e valores construídos para a conservação das relações instituídas sob o interesse da burguesia. Portanto, seus instrumentos e práticas profissionais têm o caráter moralista e conservador, sendo as refrações da “questão social” entendidas como *desajustes* e *disfunções*. Ademais, as intervenções nas lutas da classe operária são para evitar os “conflitos sociais” para que se retome a “harmonia”. (BARROCO, 2010 a).

Sobre a dimensão ética da profissão, Barroco (2010 b) afirma que ela adquire direcionamento nas Escolas de Serviço Social, a partir dos ensinamentos de Filosofia e Ética, ou seja, “são reproduzidos os princípios éticos buscados na filosofia tomista, no positivismo e no pensamento conservador” (BARROCO, *idem*, p. 91). Os rebatimentos desse pensamento filosófico no Serviço Social tradicional, segundo Barroco (*ibidem*) direciona: “sua prática moral, sua moralidade, sua sustentação filosófica e sua expressão formal: o Código de Ética” (BARROCO, 2010 b, p. 93). A referida autora (*idem*) assinala:

Em 1948, a ação profissional é claramente subordinada à intenção ético-moral dos seus agentes, entendida como uma decorrência natural da fé religiosa. A ética é concebida como “a ciência dos princípios e das normas que se deve seguir para fazer o bem e evitar o mal” (ABAS, 1948:40); sua importância é afirmada em face da atuação profissional voltada às “pessoas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade” (*idem*) (BARROCO, 2010 b, p. 96).

⁹ “Moral se reproduz fundamentalmente como sistema normativo: conjunto de valores e normas que representa em um determinado modo de ser dominante e que devem ser assimilados através de hábito para se transformar em deveres” (BARROCO, 2010 a, p. 163).

¹⁰ “[...] a ideologia é um conjunto de ideias e de valores que desempenham funções na luta de classes [...]. Como instrumento de legitimação das classes dominantes, funciona como modo de pensar e valorar a realidade sob a ótica da burguesia e das relações mercantis, contribuindo para a reprodução de uma cultura fortalecedora das relações sociais capitalistas” (BARROCO, 2010 a, p. 162). “As ideologias originam-se de teorias ou filosofias, isto é, de elaborações teóricas que – ao explicitar os fundamentos da sociedade e do homem sob uma determinada perspectiva de classe – se transformam em instrumento de luta social, de enfrentamento de antagonismos” (BARROCO, 2010 a, p. 162).

Analisando os princípios éticos que fundamentam o Código de Ética¹¹ de 1947, Netto (2011), sobre o tomismo, diz que são teorias religiosas escritas por Tomás de Aquino no interior da Igreja Católica e que são retomadas e refuncionalizadas pela a Igreja na tentativa de recuperar seu poderio e de recristianizar a sociedade, diante do desenvolvimento capitalista e da laicização das instituições burguesas. Essa reformulação é chamada de *neotomismo*, entretanto sua tradição conservadora permanece (NETTO, 2011).

Ainda sobre o neotomismo, Barroco (2010 b) o define como:

[...] pensamento filosófico de base teológica, o princípio da existência de Deus confere uma hierarquia aos valores morais, tendo em vista sua subordinação às “leis naturais” decorrentes das “leis divinas”. A natureza humana é considerada a partir de uma “ordem universal imutável”, donde as funções inerentes a cada ser apresentarem-se como necessária à “harmonia” do conjunto social, cuja realização leva o “bem comum” (BARROCO, 2010 a, p. 91).

Então, é uma corrente filosófica que o centro é Deus, na qual a moralidade tem por base a obediência das “leis naturais” com objetivo de alcançar a perfeição, com vista à “harmonia”, tudo que afasta a possibilidade de alcançar a perfeição de acordo com os designios religiosos têm que ser evitados. Quanto mais perto da perfeição, maior a “harmonia”, e para tal é necessário fazer o “bem”. De acordo com Barroco (2010 b), os valores universais do neotomismo ganham concretude na medida em que aponta o significado do “bem inerente à consciência moral”, e esses valores ganham um determinado direcionamento político-ideológico quando utilizado como base para os enfrentamentos da “questão social” (BARROCO, 2010 b).

O Código de Ética de 1947 é impregnado de valores cristãos e em princípios metafísicos oriundos do positivismo. Analisando-o a partir da Coletânea Códigos de Ética Profissional do (a) Assistente Social, elaborada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética (GEPE) em seu material diz:

O primeiro Código de Ética Profissional do (a) assistente social elaborado em 1947 é simples, impregnado de valores cristãos, sem a mediação do Estado, portanto sem respaldo político. Visava orientar a prática e conferir status de profissão do Serviço Social que ainda não era regulamentada como tal. A visão do homem e de mundo subjacente e esse Código é inspirada na filosofia Neotomista, através da encíclica *Rerum Novarum*. Baseada em princípios metafísicos, a sociedade e as relações sociais, econômicas, políticas são concebíveis como imutáveis, e como tais, não

¹¹ “A esfera normativa expressa no Código de Ética profissional, exigido por determinação estatutária, de todas as profissões liberais. Trata-se de um código moral que prescreve normas, direitos e deveres e sensações determinadas pela profissão, orientando o comportamento individual dos profissionais e buscando consolidar um determinado projeto profissional com uma direção social” (BARROCO, 1999, p. 129).

questionáveis pelo homem, porque decorrem de um processo natural, que transcende o conhecimento humano. O homem é considerado à imagem e semelhança de Deus (GEPE, 2006, p. 8).

O respaldo político deste Código está no reforço ao conservadorismo, na defesa da ordem estabelecida e manutenção de privilégios de uma classe. O Código de Ética de 1947 instrumentalizou o Serviço Social tradicional na sua prática orientada para fazer o “bem”, *ajudando* no ajustamento e enquadramento da classe operária. Com relação à prática profissional, Barroco (2010 b) destaca:

A ação profissional é tida como “vocação” a ser exercida por indivíduos dotados de um perfil ético-moral dado por “qualidades inatas”, daí a consideração de seus componentes como elementos da “natureza feminina”. Esse *ethos* passa a compor sua imagem social historicamente legitimada: o assistente social deve ser um exemplo de “integridade” moral, o que, concebido a partir do conservadorismo ético, irá se expressar em normas de conduta que abrangem inclusive sua vida pessoal, impondo-lhe deveres e normas de comportamento (BARROCO, 2010 b, p. 93).

Segundo estes preceitos, as assistentes sociais deveriam ser dotadas de uma moralidade religiosa que acredita ter vocação para fazer e *ensinar* o “bem” com vista para se aproximar da perfeição produzindo então uma sociedade harmonizada. E sua ação profissional tem como objetivo:

Eliminar os “desajustes sociais” através de uma intervenção moralizadora de caráter individualizado e psicologizante; os “problemas sociais” são concebidos como de “disfunções sociais”, julgadas moralmente segundo uma concepção de “normalidade” dada pelos valores cristãos (BARROCO, 2010 b, p. 94).

E ao intervir dessa forma as suas práticas têm implicações ético-políticas que colaboram com as reproduções dos mecanismos ideológicos de dominação e alienação moral burguês. E isso é possível na medida em essa forma de intervenção escamoteiam os fundamentos estruturais da “questão social” e reforça a reprodução ideológica de que as desigualdades sociais são produtos da esfera moral. No mesmo momento que a moralização da “questão social” cria uma ética profissional de caráter preconceituoso, afastando-se do discurso humanitário (BARROCO, 2010 b).

Diante desse exposto, as práticas do Serviço Social vinculam-se aos interesses da classe burguesa, pois, é importante ideologicamente que refrações da “questão social” sejam compreendidas como falta de “ajustamento social”, os embates entre classes, como “patologias”. Sua autoimagem como pessoas com vocação para fazer o “bem” também é relevante (BARROCO, 2010 b).

Sobre a primeira Lei de Regulamentação da profissão, na página online do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), diz que: “O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962”.

Ela foi assinada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, e dita que somente formados em Serviço Social podem executar a profissão, nesse decreto também aponta que a disciplina e a fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). Ainda de acordo com a página do CFESS, no seu início, os conselhos profissionais eram entidades autoritárias, preocupadas apenas com a fiscalização, isto é, se os profissionais portavam seus registros e com os pagamentos das taxas que competiam. Espaços distantes dos assistentes sociais, que não ofereciam diálogo.

Conforme esta Lei:

Art. 1º É livre em todo o território nacional o exercício da profissão de assistente social, observando-se as disposições da presente lei.

Art. 2º Poderão exercer a profissão de Assistente Social:

a) os possuidores de diploma expedido no Brasil por escolas de Serviço Social oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953;

b) os diplomados por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos diplomas tenham sido revalidados de conformidade com a legislação em vigor;

c) os agentes sociais qualquer que seja sua denominação, com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 3º São atribuições dos assistentes sociais:

a) direção de escolas de Serviço Social;

b) ensino das cadeiras ou disciplinas de serviço social;

c) direção e execução do serviço social em estabelecimentos públicos e particulares;

d) aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução de problemas sociais (BRASIL, 1957).

A Lei que regulamenta aqueles que podem exercer a profissão e as atribuições das assistentes sociais que consistiam nas atividades relacionadas à docência, à direção e execução do serviço social em estabelecimentos públicos e particulares e a aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução de problemas sociais. O lastro conservador se fecha.

Como dito ao longo de toda a monografia, em sua emergência, o Serviço Social brasileiro não possuía o amadurecimento teórico-metodológico para

descortinar os complexos e processos sociais que realmente fazem surgir a profissão, mas se valem de pensamentos fundados no conservadorismo para contribuir com o controle social, por meio da moral, a fim de manter o *status quo* da sociedade vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não ser o tema inicial, pois a proposta anterior era realizar uma análise geral da trajetória da profissão, a elaboração desse trabalho foi bem profícua para reforçar e ampliar o aprendizado sobre a gênese da profissão, seu contexto social; seus determinantes sócio-históricos; a importância de diferenciar, no movimento da realidade, em sua totalidade, as determinações sócio-históricas no capitalismo monopolista que fazem surgir a profissão. Outro aspecto importante neste estudo foi a possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre a “questão social” e compreender que esta é produto da consolidação da burguesia como classe hegemônica, ganhando visibilidade após o reconhecimento da classe trabalhadora como tal, a consciência que caberia a ela lutar por/para si.

Foi possível reforçar que é o capitalismo, em seu estágio monopolista, que cria as condições para a emergência da profissão. Ou seja, são as exigências postas pela ordem monopólica que cria e refuncionaliza os aparatos legais e as instituições para que as suas estratégias efetivem-se tendo em vista a expansão e a acumulação do capital.

Importante pontuar, ainda, que tais estratégias são construídas a partir das contradições e das determinações sócio-históricas de cada contexto, considerando fundamentalmente os avanços das forças produtivas e as lutas de classes – correlação de forças entre as classes fundamentais. As políticas sociais implementadas pelo Estado para o enfrentamento da questão social só podem ser compreendidas na totalidade das relações sociais, no contexto sócio-histórico da ordem monopólica, ou seja, a profissionalização do Serviço Social é intrinsecamente atrelada ao capitalismo monopolista.

Em face destas mesmas determinações sócio-históricas e das particularidades da formação da sociedade brasileira e, nela, as lutas sociais, o Serviço Social em sua emergência irá reproduzir o controle social, na perspectiva do capital fazendo uso de fundamentos vinculados ao conservadorismo.

Sobre o período de vigência do Serviço Social tradicional foi importante analisar as aproximações das assistentes sociais com as Ciências Sociais e os debates na sua formação, prática e instrumentos regulatórios, como o Código de Ética, entretanto, nesse momento, as bases teóricas são de caráter conservador. O primeiro código de ética cola a profissão e tem o homem em disfunção social

como o objeto de intervenção social, exercendo por meio da moralização da vida, o controle social.

Todas as elaborações feitas nesse trabalho foram possíveis, principalmente, devido aos esforços das análises feitas por Iamamoto e Netto. Estes autores são fundamentais para a compreensão do significado do Serviço Social e os seus fundamentos.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2**. Brasília: Cead/ Universidade de Brasília, 1999, p. 119-136.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos sócio-histórico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010 a.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010 b.

BRASIL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília pelo Conselho Federal de Serviço Social, 1947.

BRASIL. Lei nº 3.252, de 27 de Agosto de 1957. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3252-27-agosto-1957-354707-norma-pl.html>.

BRASIL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**; tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COELHO, Marilene Aparecida. **Imediaticidade Na Prática Profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em Compasso de Espera**, pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE ÉTICA. **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do (a) Assistente Social**. Recife: CTC, 2006.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914- 1991.** São Paulo: companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço no Brasil: Esboço de uma Interpretação histórico- metodológica.** 38. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Bóris Alex. **Contribuição à Metodologia do Serviço Social.** 3. ed. Belo horizonte: Interlivros, 1978.

MANDEL, Ernest. Introdução de Paulo Singer: tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. O Capitalismo Tardio. Coletânea. **Os economistas** - São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês Souza; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Organizadores) **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social,** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José. Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade Texto escrito para o curso de especialização LATO SENSU em **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** CFESS/ABEPSS 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. Texto escrito para o curso de especialização Lato Sensu em **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** CFESS/ABEPSS 2009.